O PENSAMENTO ECONÔMICO EM PERSPECTIVA

UMA HISTÓRIA CRÍTICA

John Kenneth Galbraith

Tradução de
Carlos A. Malferrari

ARIA PIONEIRA EDITORA
A DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
São Paulo



anos, a grande empresa, o sindicato, a depressão e a guerra, a afluência cada vez maior e cada vez mais difundida, a natureza mutante da moeda, o novo papel e o maior destaque dos bancos centrais, o declínio da importância da agricultura com a correlata urbanização e aumento da pobreza urbana, a ascensão do estado de bem-estar social, a recém-assumida responsabilidade dos governos pelo desempenho econômico global, o surgimento dos Estados socialistas, tudo isso alterou dramaticamente, e talvez tenha revolucionado a vida econômica. Ao mudarem as questões econômicas, mudou também inevitavelmente a própria economia.

Mas, na melhor das hipóteses, as mudanças na economia têm sido relutantes e relutantemente aceitas. Aqueles que se beneficiam do status quo resistem às mudanças, e igualmente o economista que tem um interesse adquirido nas coisas que sempre se acreditou e ensinou. Estes são tópicos aos quais eu voltarei.

Além disso, é preciso que se diga, boa parte do que foi escrito sobre a história das idéias econômicas é agressivamente enfadonho. Há um número significativo de homens e mulheres de boa cultura que sustentam que qualquer tentativa bem-sucedida de tornar estas idéias vívidas, inteligíveis e interessantes é uma manifestação de intelectualidade deficiente. Esta é a barreira atrás da qual aqueles que carecem de coerência sempre buscam refúgio.

Os parágrafos acima haverão de sugerir qual é o meu propósito nesta história. Pretendo ver a economia como um reflexo do mundo no qual idéias econômicas específicas se desenvolveram — as idéias de Adam Smith no contexto do trauma inicial da Revolução Industrial, as de David Ricardo em seus estágios posteriores mais maduros, as de Karl Marx na era do poderio capitalista desenfreado, as de John Maynard Keynes como uma reação ao implacável cataclismo da Grande Depressão. Nas épocas em que havia — ou há — pouca coisa interessante e ainda menos coisas a serem descobertas na vida econômica, como antes da ascensão do capitalismo ou nas atuais economias de subsistência, eu me sujeitei a tal realidade. As idéias econômicas não são muito importantes quando e onde não há uma economia.

Nada tenho contra a inclusão ocasional de detalhes periféricos à evolução do pensamento econômico se isso ajudar a tornar a história mais interessante. Mas meu principal interesse é isolar e enfatizar a idéia ou idéias centrais de cada autor, escola ou período específico, e enfocar sobretudo aqueles que continuam a ter uma ressonância moderna. Quanto àquilo que se revelou transitório, eu procuro escrupulosamente ignorar, assim como tento evitar qualquer tipo de estudo da corrente principal da economia que não tenha alterado ou flectido a corrente em si[1].

Como esta é uma história da economia e não apenas dos economistas e suas idéias, pretendo ir além dos estudos e dos estudiosos e chegar até os acontecimentos que ajudaram a moldar esta disciplina. E, quando necessário, chegar aos eventos que moldaram a história da economia quando não havia economistas. O século passado nos Estados Unidos, como irei narrar, foi um tempo de intensa discussão econômica — sobre bancos e política bancária, moeda e política monetária, comércio internacional e política tarifária. Mas somente nas suas últimas décadas é que surgiram economistas para orientar, ou mesmo para participar desta discussão. Restringir-me nesta história à expressão econômica formal seria ignorar uma grande e avassaladora corrente no fluxo das idéias econômicas.

Eu afirmei que, no passado, aquilo que se escreveu sobre o assunto, ou pelo menos boa parte dele, foi enfadonho e às vezes ostensivamente obscuro. Não posso acreditar que isso seja necessário. As idéias centrais e o seu contexto são vivamente interessantes e o meu interesse tem se mantido desperto há mais de meio século, desde o meu primeiro contato com elas em 1931, na Universidade da Califórnia em Berkeley, sob a orientação de dois persuasivos estudiosos, Leo Rogin e o imponente Carl C. Plehn[2]. Gostaria de acreditar que elas podem ser igualmente fascinantes para outros. Além disso, tais questões não são um desafio ao entendimento: como eu já insisti em outras ocasiões, não há nenhuma proposição útil na economia que não possa ser expressa com precisão de maneira clara, límpida e agradável.

Devo dizer agora uma palavra sobre os usos práticos da história — ou de uma história como essa. As afirmações que farei agora precisam ser expostas com cuidado.

1. Por exemplo, eu não chego a tratar a fundo de John Stuart Mill, inegavelmente uma das figuras maiores, mas uma que pertence inteiramente à corrente principal da economia. E passo por cima dos grandes alemães do século passado que escreveram sobre a história econômica mas que tiveram pouca influência sobre o seu curso — embora eu deva confessar que me falta aqui um certo interesse motivador.

2. O fato de haver sido instruído por (e de poder ter convivido com) quatro outros antigos professores da Harvard — C.J. Bullock, um homem de poderosas convicções pré-cambrianas, A.E. Monroe, Overton Taylor e, talvez desnecessário acrescentar, Joseph A. Schumpeter — prolongou e intensificou o meu entusiasmo.

Permitam-me acrescentar mais um ponto. A vida sistemática da economia abrange cerca de duzentos anos desde Adam Smith. Para minha ligeira surpresa, percebo que estive profissionalmente presente em um quarto deste período e que conheci a maioria dos seus participantes.

Todos haverão de concordar que a economia, da maneira como é praticada, preocupa-se obsessivamente com o futuro. A cada mês nos Estados Unidos, homens e mulheres reputadamente cultos e inteligentes espalham-se pela nação para apresentarem suas opiniões sobre as perspectivas econômicas, e também sobre o panorama político e social. Milhares lhes darão ouvidos. Os administradores e suas empresas pagarão caro pelo privilégio de conhecerem estas visões e, se forem sábios, tratarão os conhecimentos assim adquiridos com inteligente descrença. A qualificação mais comum dos prognosticadores econômicos não é o saber, mas sim o não saberem que nada sabem. Seu maior trunfo é que todas as previsões, certas ou erradas, são logo esquecidas. Há por demais delas e, se o lapso de tempo for suficiente, não só a memória do que foi dito terá desaparecido, como também um número apreciável daqueles que fizeram ou ouviram tais prognósticos. Como observou Keynes, "A longo prazo estaremos todos mortos".

Se os conhecimentos econômicos fossem de fato impecáveis, o sistema econômico tal qual existe hoje no mundo não-socialista simplesmente não sobreviveria. Se fosse possível alguém saber com precisão e certeza o que iria acontecer com os salários, as taxas de juros, os preços das mercadorias, o desempenho das diversas empresas e indústrias, e a cotação de títulos e ações, o indivíduo assim agraciado não cederia nem venderia suas informações a ninguém. Pelo contrário, ele as utilizaria em benefício próprio e, num mundo de incerteza, o seu monopólio do que é certo seria supremamente lucrativo. Ele logo entraria na posse de todos os bens fungíveis enquanto os outros, que teriam que contender tal conhecimento, sucumbiriam. E adeus à noção de que alguém assim favorecido possa ser um socialista, Na realidade, o sistema econômico moderno sobrevive não por causa da excelência do trabalho dos que prognosticam o seu futuro, mas pelo fato deles estarem tão previsivelmente comprometidos com o erro.

Resta, porém, uma possibilidade expiatória: nós podemos tentar compreender o presente, pois o futuro inevitavelmente conterá aspectos marcantes do que existe hoje. E o presente, por sua vez, é intensamente um produto do passado. Como veremos nas páginas seguintes, as nossas atuais crenças econômicas têm raízes profundas na história. Somente quando estas raízes forem percebidas — somente quando estudarmos os preços e a produção, o emprego e o desemprego, a distribuição de renda e da riqueza, a poupança, os bancos e os investimentos, e a natureza e as promessas do capitalismo e do socialismo no passado — é que o presente e, portanto, em pequena medida, as perspectivas futuras, poderão ser compreendidas de maneira minimamente apreciável. Tal é a compreensão que estas páginas visam.

Mas não exclusivamente. Nem tudo pode ser medido por parâmetros rígidos e utilitários. Nestas questões existe, ou deve existir, espaço para o prazer pelo prazer do prazer. Quero acreditar que a história da qual trato aqui seja interessante por si mesma. Há muito nela, tanto em seus fatos quanto em seus absurdos, capaz de estimular, desafiar e deleitar o espírito curioso. Entristecer-me-ia se tal não fosse a reação a estas páginas.

Uma palavra agora sobre a natureza e o conteúdo da economia em si.

"A economia", disse Alfred Marshall, o grande professor da Universidade de Cambridge cujo livro de texto foi a luz e às vezes a cruz de muitas gerações de estudantes universitários no início deste século, "é um estudo da humanidade conduzindo seus negócios cotidianos"[3]. Com isso abre-se um campo enorme, pois poucos aspectos do comportamento humano podem ser excluídos como sendo irrelevantes. Em termos práticos, contudo, a amplitude da investigação e do interesse precisa ser restrita àquelas perguntas feitas com mais freqüência. E devemos ter em mente que a urgência destas perguntas sofre enorme alterações conforme o contexto e com o passar dos anos.

Em toda análise e instrução econômica, a pergunta fundamental é a que determina os preços pagos por produtos vendidos e serviços prestados. E, também, como que o dinheiro proveniente destas atividades econômicas é distribuído. E, ainda, o que determina a parte que caberá aos salários, juros, lucros e, ainda que menos distintamente, a renda* pelo uso da terra e de outros objetos fixos e imutáveis empregados na produção.

Durante a maior parte da vida moderna da economia, estas duas questões, a teoria do valor e a teoria da distribuição, têm sido a grande e derradeira preocupação. Ainda hoje acredita-se que a economia chegou à maturidade quando estas questões começaram a ser enfrentadas sistematicamente na segunda metade do século XVIII, notadamente por Adam Smith. Mas aqui, no próprio cerne da matéria, ocorreram mudanças formidáveis com a transformação do contexto. Nos tempos primordiais, como veremos mais adiante, nem os fatores que determinam os preços, nem aqueles que fixam os níveis dos salários, juros e outras cotas de distribuição tinham muita relevância. Com a produção e o consumo centrados no lar não havia necessidade de uma teoria de preços; com escravos não havia nenhuma necessidade urgente de uma teoria de salários.

3. Alfred Marshall, *Principles of Economics*, 8ª edição (Londres: Macmillan, 1920), vol. I, p. 1.

* N.T. — Renda abrange aqui não só a noção comum, como também a diferença entre o valor efetivamente pago pelo uso de um fator de produção e o mínimo pagamento necessário para pô-lo em uso.

Bem recentemente, e embora a mudança não tenha sido ainda aceita pelos economistas mais escrupulosamente convencionais, a importância da determinação dos preços e os fatores que estabelecem as cotas de distribuição mais uma vez diminuiu. Os preços, numa sociedade pobre ou miserável, são os preços dos produtos inadiavelmente essenciais: o preço do pão determina, e muito, o quanto as pessoas irão comer. Em contraste, num mundo de afluência mais generalizada, se o preço do pão for elevado, renuncia-se a algo pouco significativo para pagá-lo, ou alguma outra coisa é consumida em seu lugar. Muito do que hoje se compra e, conseqüentemente, se consome, é irrelevante. Igualmente irrelevantes, quando se compara com tempos de outrora, são os preços cobrados e pagos. Novamente a importância de se enxergar as coisas em seu contexto.

Ao lado daquilo que determina os preços e as cotas de distribuição estão outras questões fundamentais. A primeira: como a renda distribuída sob a forma de salários, juros, lucros ou aluguéis é difundida ou concentrada — se a distribuição da renda é eqüitativa ou desigual. As explicações e racionalizações da desigualdade resultante através dos séculos ocuparam alguma das maiores — ou, pelo menos, das mais engenhosas — cabeças de profissão econômica. Em praticamente toda a história econômica, a maioria das pessoas sempre foram pobres enquanto um número comparativamente pequeno sempre foi muito rico. Conseqüentemente, sempre houve uma necessidade premente de explicar por que as coisas são assim e também, infelizmente, muitas vezes para dizer por que as coisas *deveriam ser* assim. Modernamente, com afluência crescente e cada vez mais geral, os termos desta questão mudaram significativamente. A distribuição da renda, contudo, permanece sendo o fato mais delicado e sensível com os quais os economistas lidam.

A seguir, a economia trata do que leva a um melhor ou pior desempenho econômico global. A pergunta de outrora era o que prejudicava ou favorecia o estado do comércio (o *state of trade*, como se costumava dizer). Atualmente, o grande tema é o que retrai ou estimula o crescimento econômico, e o que causa as flutuações, cíclicas ou não, na produção de bens e serviços. Começa a surgir também um problema relativamente novo, mas hoje de grande urgência, o de descobrir por que é impossível para a economia moderna encontrar emprego decente para tantas pessoas que estão dispostas a trabalhar. No século passado raras eram as discussões sobre desemprego, e somente neste século é que a dificuldade de obter uma oferta adequada de bens cedeu lugar à dificuldade muito maior, e muito mais discutida, de encontrar emprego adequado na produção de bens para o maior número possível de pessoas.

Juntamente com estas questões, devemos considerar as instituições envolvidas na atividade econômica — na produção e na determinação dos preços dos bens e serviços, e na distribuição do dinheiro assim obtido. Aqui entra o papel das empresas, grandes e pequenas. E dos bancos e dos bancos centrais, da moeda em suas diversas formas e funções, e dos problemas do comércio internacional. E do governo e suas políticas, uma vez que estas, em maior ou menor grau, estão ligadas a todos os processos e instituições acima mencionados.

Finalmente, e menos especificamente, existe a estrutura política e social mais ampla dentro da qual se desenrola a vida econômica. O que dizer da natureza e eficácia do capitalismo, da livre iniciativa, do estado de bem-estar social, do socialismo e do comunismo? Com estas questões, vale notar, o estado de espírito da economia sofre uma mudança bastante fundamental. Ela deixa de ser uma disciplina imparcial, desapaixonada e supostamente científica para tornar-se palco de argumentos expressos com ardor e veemência. O mais neutro dos estudiosos, o empresário de espírito mais ostensivamente prático, o político menos sujeito a qualquer processo intelectual restringente, todos reagem com visível e violenta emoção. Mas tal reação a história, entretanto, buscará evitar[4].

Todas estas questões, as soluções adimitidas para elas, e os cursos de ação, do setor público e privado, que são apresentados constituem o tema e assunto da história da economia. O ponto de partida obrigatório de qualquer estudo desta história, desnecessário dizer, está no mundo clássico.

4. Tendo cedido, não contra a minha vontade, ao meu editor, dei a este volume o subtítulo de *Uma História Crítica*. Todos haverão de concordar que qualquer história competente envolve crítica ou, no mínimo, discernimento crítico. Mas eu aqui estou mais do que marginalmente interessado em identificar erros e, devo acrescentar, em me deleitar ao fazê-lo.

II

APÓS O DILÚVIO*

Pode haver, num dado momento qualquer, uma ausência de respostas às perguntas sugeridas no último capítulo pelo fato do pensamento econômico não ter atingido o nível de sofisticação necessário. Ou pode haver uma ausência de respostas porque as próprias perguntas ainda não surgiram. Com ilustres exceções a maioria dos historiadores das idéias econômicas atribuíram a incapacidade de fornecer respostas ao primeiro fator. Mas mais deve ser atribuído ao segundo.

Na época das cidades-estados gregas e do Império Ateniense, e mais tarde na época de Roma, muitos, talvez a maioria, dos problemas mencionados simplesmente não existiam. A atividade econômica básica da Grécia e de Roma era a agricultura; a unidade produtora era o lar; a força de trabalho eram os escravos. A vida intelectual, política, cultural e, em grande medida, doméstica, estava centralizada nas cidades e é sobre estas — Esparta, Corinto, Atenas e mais notavelmente Roma — que se escreveu a história. Mas as cidades de outrora, grandes ou, como era mais comum, muito pequenas (com exceção de Roma e algumas cidades italianas), não eram centros econômicos no sentido em que compreendemos hoje este termo. Havia, de fato, mercados e artesãos, sendo que a maioria destes eram escravos; havia, contudo, pouca atividade industrial de qualquer espécie que pudesse ser reconhecida como tal[1].

* N.T. — *After Adam* (no original em inglês) é um trocadilho para designar a economia da antigüidade (após Adão — do Gênesis) e lembrar Adam Smith. O trocadilho perde-se em português. *Após o Dilúvio* designa a mesma antigüidade, com ainda uma referência a Rimbaud embutida (vide suas *Iluminações*).

1. David Hume não conseguia "lembrar-se de uma só passagem em qualquer autor antigo em que o crescimento de uma cidade fosse atribuído à instituição de uma manufatura". Citado em M.I. Finley, *The Ancient Economy* (Berkeley & Los Angeles: University of California Press, 1973), p. 22.

O uso ou consumo de bens — abrigos primitivos, alimentos básicos, talvez uma ou outra bebida, alguns tecidos, e pouco mais — era infinitesimal para todos exceto uma diminuta minoria governante. Para esta minoria, o maior consumo era de serviços — novamente os escravos. A Grécia e a Roma da antiguidade não eram, e este é um ponto pouquíssimo controvertido, economias de bens de consumo.

Não sabemos muito claramente como os habitantes das cidades gregas e italianas, inclusive Roma, pagavam pelos alimentos e vinhos que recebiam das regiões rurais. A maior parte dos bens materiais eram provavelmente comprados com o dinheiro de aluguéis e de outras rendas ou exações recebidas por proprietários ausentes morando nas cidades. Este dinheiro seria assim reciclado para pagar os produtos das fazendas e vinícolas. Em alguns casos, os habitantes urbanos talvez fossem simplesmente pagos em espécie. Ou talvez obtivessem sua renda sob a forma de impostos que, por sua vez, seriam usados para pagar os produtos agrícolas. Com certeza, nós sabemos que as minas de prata geravam receitas para Atenas, enquanto os tributos militares beneficiavam Roma da mesma forma. É certo também que cereais e outros produtos desembarcavam em grande quantidade nos portos de Pireu e de Óstia, mas nunca ficou muito claro o que estes portos embarcavam de volta[2].

Ainda que não abundantes, discussões sobre as questões econômicas desta época podem ser encontradas principalmente nos escritos de Aristóteles (384-322 a.C.). Todavia, é impossível ler suas obras sem secretamente suspeitar que há nele um certo grau de eloqüente incoerência em assuntos econômicos — "secretamente" porque, o autor sendo Aristóteles, ninguém pode prudentemente sugerir tal coisa. Mas, para nos atermos apenas aos fatos, pouquíssimas das questões com as quais a economia mais tarde passou a se ocupar aplicavam-se à sociedade da qual Aristóteles falava. Os problemas com os quais ele estava envolvido — e aos quais ele, na realidade, era impelido — tinham uma conotação definitivamente ética. Nas palavras de Alexander Gray, um eminente estudioso da história das idéias econômicas, "A Economia [na Grécia antiga] não era apenas serva e criada da Ética (como talvez sempre devesse

2. Sobre isso veja Finley, *The Ancient Economy*, pp. 123-49. Finley, uma autoridade cuidadosa e persuasiva sobre estes assuntos, foi professor de história antiga na Universidade de Cambridge de 1970 a 1979.

ser); ela foi esmagada e obliterada por sua irmã mais próspera e mais mimada. E os escavadores posteriores, em busca das origens da teoria econômica, só conseguem desenterrar fragmentos desconexos e relíquias disformes"[3].

Afora o caráter elementar da vida econômica, o motivo mais importante para o fato das questões éticas serem estudadas no mundo antigo à exclusão das econômicas foi a existência da escravidão. "Em todos os tempos e em todos os lugares, o mundo grego contava com alguma forma (ou formas) de mão-de-obra dependente para a satisfação das suas necessidades, tanto públicas quanto privadas.... Por mão-de-obra dependente eu quero dizer trabalho executado sob compulsões outras que as dos laços familiares ou das obrigações comunitárias."[4] Como não se pagava salários pelo trabalho, segue-se bastante evidentemente que não podia haver noção de como os salários seriam determinados. E, algo que ocorria em Atenas e em todas as cidades gregas em geral, por serem os escravos que realizavam o trabalho, o trabalho em si tinha um aspecto pejorativo que colaborava para excluí-lo de qualquer consideração mais erudita. A justificativa ética da escravidão e os termos do tratamento dos escravos tornaram-se então as questões mais interessantes, como na defesa desta instituição feita por Aristóteles: "Os seres mais baixos são por natureza escravos, e é melhor para eles, como para todos os inferiores, que permaneçam sob o domínio de um senhor... De fato, o uso que se faz dos escravos e dos animais domesticados não é muito diferente"[5].

E, na ausência de capital, havia um problema semelhante com relação aos juros. As pessoas tomam dinheiro emprestado e pagam juros por

3. Alexander Gray, *The Development of Economic Doctrine* (Londres: Longmans, Green, 1948), p. 14. Gray foi, durante muitos anos, professor de economia política na Universidade de Edimburgo.

Os pensamentos de Aristóteles sobre economia encontram-se mais convenientemente acessíveis (se o volume ainda puder ser encontrado) em *Early Economic Thought*, editado por A.E. Monroe (Cambridge: Harvard University Press, 1924).

4. M.I. Finley, *Economy and Society in Ancient Greece*, editado por Brent D. Shaw e Richard P. Saller (Nova York: Viking Press, 1982), p. 97.

5. Aristóteles, *Política*, Livro I, em *Early Economic Thought*, p. 10. Aristóteles acrescenta, "É claro, então, que alguns homens são por natureza livres, e outros escravos, e que para estes últimos a escravidão é conveniente, adequada e certa". Ele era, vale acrescentar, igualmente convicto com relação às mulheres. "Novamente, o homem é por natureza superior, e mulher inferior; o primeiro governa, enquanto esta é governada; tal princípio estende-se, necessariamente, a toda a humanidade". *Ibid*. Se retornasse para proferir algumas palestras numa universidade moderna ou para receber algum título honorário, a calorosidade da recepção a Aristóteles seria certamente moderada.

dois motivos. Elas querem ter bens de capital ou capital de giro para com eles obter renda (máquinas e equipamentos que contribuam para os seus rendimentos ou mercadorias em processo de fabricação e venda do qual auferirão uma renda). Ou, como alternativa, paga-se juros porque alguém com menos dinheiro toma emprestado de outro com mais para satisfazer diversas necessidades pessoais urgentes, para se permitir alguma extravagância no presente ou para pagar alguma extravagância do passado. Se os bens de capital e o capital de giro tiverem pouca importância visível na economia, como acontecia na economia caseira da Grécia aristotélica, então a maior parte do dinheiro dado e tomado em empréstimo é do segundo tipo, ou seja, está ligado às necessidades pessoais[6]. Em tais circunstâncias, o juro não é visto como um custo de produção mas como algo que os mais privilegiados cobram dos menos afortunados ou menos prudentes. E novamente, como acontecia com a escravidão, isso gera um problema ético: o que é correto, justo e decente nas relações entre aqueles que são fartamente providos de dinheiro e aqueles que são mais ineficientes ou necessitados?

Não chega a surpreender, portanto, que Aristóteles condene com tanta veemência a cobrança de juros: "A maneira mais justificadamente odiosa de ganhar dinheiro é a usura... Pois o dinheiro foi feito para ser usado como meio de troca, não para aumentar com juros"[7]. Pelo mesmo motivo — que os juros são uma exação indigna dos menos afortunados decorrente do fato dos mais afortunados possuírem dinheiro — os juros continuaram a ser violentamente condenados durante toda a Idade Média. E aqui há um ponto que será destacado posteriormente: somente quando os juros foram redefinidos como sendo um pagamento pelo capital produtivo — quando se tornou irrefutavelmente evidente que aquele que tomava dinheiro emprestado estava ganhando dinheiro agindo assim e que devia, com toda a justiça, partilhar uma parte do seu retorno com o credor original — é que eles se tornaram respeitáveis. Os preceitos religiosos e a ética em vigor foram então, como sempre, adaptados a esta circunstância. Mas a cobrança de juros nos empréstimos para uso ou necessidade pessoal continuou tendo uma reputação ligeiramente infausta, ou até mesmo suspeita. E aqui o longínquo passado tem ecos no presente: os juros para empréstimos pessoais continuam até hoje sujeitos a um certo grau de opróbrio e

6. "É indubitável que, como padrão geral, os empréstimos na Grécia eram para fins não-produtivos." Finley, *The Ancient Economy*, p. 141.

7. Aristóteles, *Política*, Livro I, em *Early Economic Thought*, p. 20.

acredita-se que devam ser regidos por legislação específica. Um agiota é sempre malvisto e todos supõem, não sem motivo, que ele está mais do que propenso a associar-se ao crime.

Sem salários e juros, não podia haver no mundo antigo uma teoria de preços no sentido moderno do termo. Os preços, de uma ou outra maneira, derivam dos custos de produção, e os custos de produção não eram uma função visível no lar escravocrata. De modo que a Aristóteles só restou perguntar se os preços seriam justos ou honestos, uma dúvida que continuaria sendo fundamental no pensamento econômico durante quase todos os dois mil anos seguintes e que é a origem da pergunta que ainda hoje se faz: Este é realmente um preço *justo*? Nada ocupou tanto a atenção dos economistas através dos séculos quanto a necessidade de convencer as pessoas que o preço dado pelo mercado possui uma justificativa superior a qualquer contexto ético; voltarei também a falar disso.

Aristóteles também dedicou atenção a um outro problema com conotações éticas e que se revelaria um problema perene para os economistas: Por que algumas das coisas mais úteis são as menos valorizadas no mercado enquanto algumas das menos úteis alcançam os maiores preços? Em pleno século XIX, os autores econômicos continuavam às voltas com o motivo da diferença entre o valor de uso e o valor de troca — com o fato do pão e da água potável serem úteis e relativamente baratos enquanto as sedas e os diamantes são muito menos úteis e decididamente mais caros. Certamente existe, ou existia, algo eticamente pervertido aqui. Seria considerado um grande avanço na economia quando este problema estivesse finalmente resolvido.

Com relação ao desenvolvimento do comércio, este distante antecessor da preocupação com o crescimento econômico, Aristóteles, como os romanos após ele, restringiu-se a oferecer sugestões para uma melhor organização e uma melhor prática da agricultura. E, assim como os romanos, ele atribuiu grande superioridade moral à agricultura, uma visão que seria ecoada com veemência pelos autores franceses de economia no século XVIII e que encontra vigorosa ressonância entre os fazendeiros contemporâneos.

Sobre o dinheiro, em suas formas e usos mais elementares, não há muita coisa que possa ser dita. Ele é meramente uma mercadoria que, por causa da sua divisibilidade, durabilidade, disponibilidade adequada (mas não ilimitada) e conseqüente aceitabilidade, desempenha um papel intermediário no intercâmbio comercial. Prata, ouro, co-

bre, ferro, conchas, fumo[8], gado, uísque, juntamente com moedas, cédulas e depósitos bancários, já tiveram essa utilidade. Somente ao ser usada como dinheiro e adquirir assim uma certa personalidade, mística e escassez, é que o preço de uma mercadoria — as outras mercadorias que se precisa abdicar para possuí-la — se torna um problema especial. E somente quando uma mercadoria cede lugar a formas puramente representativas — cédulas, moedas ou depósitos bancários — é que surge um grave mistério em torno do que determina o valor do dinheiro ou, em linguagem comum, o nível geral de preços conforme estabelecido pelo valor do dinheiro. Na época de Aristóteles, no quarto século a.C., a cunhagem de moedas na Grécia já havia sido instituída há muito tempo; no quinto século a.C., Heródoto (c. 484 — c. 425 a.C.) já nos deixara seu magnífico *non sequitur** sobre a questão: "Os modos e costumes dos Lídios não são essencialmente diferentes dos gregos exceto pela [Crotineiral] prostituição das mulheres jovens. Eles são o primeiro povo da história conhecido que cunharam ouro e prata em moedas"[9]. Aristóteles descreve a origem do dinheiro com admirável clareza e concisão, observando que,

> Não se transporta facilmente as várias necessidades da vida. Os homens, portanto, estipularam utilizar em seus negócios entre si algo que fosse intrinsecamente útil e prontamente aplicável às finalidades da vida, por exemplo, o ferro, a prata ou outras coisas semelhantes. O valor destes era inicialmente determinado pelo tamanho e pelo

8. Na experiência americana, o tabaco, dentre todos estes itens, foi o que melhor se saiu, tendo sido usado como moeda nas colônias do Sul durante quase um século e meio, excedendo substancialmente os períodos de eminência do ouro, da prata ou das cédulas ou depósitos bancários dos tempos modernos. Veja meu livro, *Moeda: de onde veio, para onde foi* (São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 2ª ed., 1983), pp. 48-50. No que se refere a dinheiro, sempre houve um poderoso instinto arcaizante defendendo um retorno a algum padrão anterior — no passado notadamente à prata; mais recentemente, ao ouro. Talvez um dia, liderado por algum senador vigorosamente regressivo da Carolina do Norte, haverá pressão para se voltar ao padrão-fumo.

*N.T. — Em lógica, uma conclusão ou inferência que não provém das premissas. Falsa ilação.

9. Heródoto, *Clio*, Livro I, traduzido pelo reverendo William Beloe (Filadélfia: M'Carthy and Davis, 1844), p. 31. É mais do que provável que moedas tenham sido usadas antes na planície do rio Indo*, e em todas as questões ligadas ao dinheiro, incluindo papel-moeda, presume-se ainda mais vivamente que a prioridade caiba aos chineses.

[*N.T. — Que nasce no Tibete, passa pelo Punjab e pela Cachemira e desemboca no Mar de Omã (Arábico).]

peso, mas no processo do tempo começaram a estampar um selo sobre o metal para pouparem o trabalho de pesá-lo e para marcarem o seu valor[10].

Tendo identificado a natureza do dinheiro e da cunhagem, Aristóteles prossegue numa consideração sobre o ato de ganhar dinheiro que, na sua forma pura, ele acha execrável. "Alguns homens transformam toda qualidade ou arte num meio de fazer dinheiro; e este meio eles concebem como o fim, e à promoção deste fim todas as coisas devem contribuir[11]". Assim como a sua posição diante da usura, esta observação de Aristóteles tem permanecido exata e precisa através dos séculos. Um excelente exemplo moderno deste caso é, sem dúvida, o jovem financista que dedica todo o seu esforço pessoal e toda a sua consciência ao retorno pecuniário, e que mede toda a realização pessoal pelo resultado deste. Talvez Aristóteles ainda devesse ser lido em Wall Street.

Todavia, pressentimos, não sem esforço, que quando mais adiante ele procede para distinguir entre formas legítimas e ilegítimas de ganhar dinheiro, não precisamos mais nos ater a Aristóteles. E devemos correr o risco de preferir a verdade imperdoável, a de que ele na realidade não faz muito sentido.

Os estudiosos que não consideraram Aristóteles inteiramente satisfatório no que se refere à economia ateniense voltaram-se para Xenofonte (c. 440 — c. 355 a.C.), um discípulo de Sócrates e um homem de mente prática que, muito tempo depois da sua campanha com o jovem Ciro e após escrever seu relato imortal a respeito desta expedição em *Anábase*, interessou-se passageiramente pela economia. Em seu *Ciropedia*, antecipando-se a Adam Smith, ele fala das vantagens que advêm para a grande cidade ao aproveitar a oportunidade de especializar-se através do comércio — de instituir a divisão de trabalho. E, em *Sobre os meios de aumentar as receitas do Estado de Atenas*[12], Xenofonte analisa as causas da relativa prosperidade da cidade e os meios para incrementá-la. Ele atribui essa prosperidade à excelência da agricultura circunvizinha — algo que não é inteiramente óbvio para o visitante moderno — e sustenta que ela se intensificaria estendendo-se hospitalidade e privilégios a mercadores e navegantes estrangeiros, inclusive aos espartanos (com os quais ele notoriamente mantinha relações); dedicando-se a devida atenção às obras públicas; enviando-se toda a mão-de-obra disponível para as minas de prata, que ele considerava um dos principais componentes da balança comercial ateniense, como seria hoje chamada; e, sobretudo, mantendo-se a paz. Nos termos mais crus possíveis, Xenofonte atribui a diferença entre prosperidade e catástrofe à guerra: "Pois, certamente, os Estados mais prósperos são aqueles que se mantiveram em paz durante mais tempo; e dentre todos os Estados, Atenas é o melhor dotado pela natureza para florescer durante a paz[13]". Chega a ser profundamente perturbador que só raramente, nos dois mil e quatrocentos anos seguintes, os economistas chegaram a mencionar os custos econômicos da guerra e as recompensas econômicas da paz e a assumir uma posição profissional vigorosa diante da opção. Mas ainda não é tarde demais.

Há uma última questão que os gregos levantam e que continua a ter uma impressionante relevância hoje em dia. Trata-se de saber qual é a maior força motivadora e organizadora da economia: deve ser ela, para nos expressarmos sem rodeio algum, o interesse próprio ou o comunismo?

Esta questão surgiu por causa do presumível ou suposto comunismo de Platão (c. 428 — c. 348 a.C.), um homem difícil de ser relegado. O Estado que ele imaginou tinha sua origem essencialmente como uma entidade econômica — como um agrupamento de diversas ocupações e profissões necessárias à vida civilizada. Contudo, governando, orientando e protegendo o Estado temos os guardiões, que vivem uma vida de renúncia ascética; a eles é negada qualquer propriedade além do mínimo essencial e sua renda é rigorosamente restrita à necessidade. "Se vierem a adquirir casas ou terras ou dinheiro próprio, tornar-se-ão proprietários e fazendeiros ao invés de guardiões, inimigos e tiranos ao invés de aliados dos outros cidadãos"[14]. Nas camadas inferiores pode haver

10. Aristóteles, *Política*, Livro I, em *Early Economic Thought*, p. 17. Aristóteles menciona a prata, mas não o ouro. No decorrer de toda a longa história monetária, a prata mostrou-se muito mais importante que o ouro. Foi por prata que Jesus foi entregue às autoridades; a prata, e não o ouro, foi o grande tesouro do Novo Mundo; o ouro só foi adotado pelos comerciantes europeus como um padrão internacional de comércio na década de 1870. Nos Estados Unidos, a prata só deixou de ser utilizada na cunhagem livre* em 1873, o que resultou numa controvérsia que dominou a política americana (e a oratória de William Jennings Bryan) até o final do século.

[*N.T. — Um sistema em que o governo é obrigado a aceitar para cunhagem uma quantidade ilimitada de algum metal específico.]

11. Aristóteles, *Política*, Livro I, em *Early Economic Thought*, p. 19.

12. Em *Early Economic Thought*, pp. 33-49.

13. Xenofonte, *Sobre os meios de aumentar as receitas do Estado de Atenas* em *Early Economic Thought*, pp. 46-7.

14. Platão, *A República*, citado em Gray, p. 19.

livre iniciativa; mas o poder deve permanecer com aqueles no topo que professam uma pura ética comunista.

A inclinação de Platão para o comunismo, por mais restrita que tenha sido, tem sido motivo de aguda preocupação entre os historiadores mais sensíveis do assunto. Que infâmia saber que, se ainda vivesse, esta figura tão universal estaria sujeita a ser vigiada pelo Federal Bureau of Investigation e ser denunciada pelo finado senador Joseph R. McCarthy. O professor Alexander Gray, um intrépido conservador[15], esforça-se para mostrar que o Estado de Platão é o comunismo de um grupo limitado, o comunismo do acampamento militar, e que Platão não está empenhado — como outras manifestações posteriores — em se revoltar, nem comprometido com conceitos de igualdade social, econômica e política. Pelo contrário, ele separa rigidamente os governantes dos governados, os bons dos malditos: não há nenhuma real tendência comunista aqui. Mas noções tranqüilizadoras já haviam surgido bem antes: o discípulo mais renomado de Platão, Aristóteles, estava decididamente do lado da propriedade e dos interesses individuais: "Quão imensuravelmente maior é o prazer quando o homem sente que uma coisa é sua; pois o amor de si mesmo é um sentimento implantado pela natureza e não concedido em vão... Ninguém, se os homens tiverem todas as coisas em comum, continuará dando exemplos de liberalidade ou de alguma ação liberal, pois a liberalidade consiste no uso que se faz da propriedade"[16].

Como já observei suficientemente, foram os juízos éticos, e não as áridas preocupações expositivas da economia, que motivaram Aristóteles e os outros grandes mentores dos gregos. Mas já podemos discernir uma tendência que irá se repetir através da história econômica e que é fundamental para a sua compreensão: com relação à escravidão, à posição das mulheres e ao interesse público *vis-à-vis* o interesse pessoal, os juízos éticos tendem poderosamente a se conformarem àquilo que os cidadãos influentes consideram conveniente acreditar; eles refletem o que eu chamei em outra obra de Virtude Social Conveniente[17]. Nos dois mil e quinhentos anos entre a época dos gregos e a nossa, nós encontramos muitos economistas articulando a Virtude Social Conveniente e recebendo os previsíveis aplausos. Mas também encontramos alguns que, em virtude, contestam o que os privilegiados, os satisfeitos e os influentes achavam

15. Veja a terceira nota de rodapé deste capítulo.
16. Aristóteles, *Política*, Livro II, em *Early Economic Thought*, p. 25, da grande dialética dos pensamentos, opiniões e interesses contrários.
17. Em *Economics and the Public Purpose* (Boston: Houghton Mifflin, 1973).

agradável acreditar. É somente assim que a discussão econômica pode ser integralmente compreendida.

Aqueles que escreveram sobre a história das idéias econômicas estão preponderantemente de acordo quanto à pequena, quase desprezível, contribuição dos romanos. Tantas foram suas louvações à agricultura que elas se tornaram um peã. E a isto foram acrescentadas muitas sugestões sobre métodos agrícolas e administração agrícola — da propriedade auto-suficiente, talvez desnecessário dizer, e não do empreendimento comercial. Houve dúvidas quanto a eficiência da escravidão; Plínio (c. 23—79 d.C.) observou que "é o pior plano possível ter a terra cultivada por escravos libertados da casa de correção, como de fato acontece com todo o trabalho confiado a homens que vivem sem esperança"[18]. Mais ao final do império, quando as propriedades haviam se tornado enormes, lamentou-se muito a extinção do pequeno agricultor e as tremendas dimensões dos latifúndios causaram sérias preocupações. Tais preocupações também perduraram: "Nós devemos, aconteça o que acontecer, salvaguardar a fazenda familiar".

Houve, entretanto, uma grande contribuição romana que, estando fora das fronteiras convencionais da economia, escapou das discussões econômicas mais convencionais. Trata-se do direito romano e do papel exercido pela propriedade privada.

A instituição da propriedade privada antecede em muito à história registrada; nas mais primitivas comunidades tribais, os homens reivindicavam e reclamavam para si armas, ferramentas e, triste dizer, também mulheres. A propriedade pessoal é aceita em todas as sociedades, incluindo as do mundo socialista; aquilo que um indivíduo possui é em toda a parte um aspecto da sua própria personalidade. Mas foi o direito romano que conferiu à propriedade a sua identidade formal e ao seu proprietário o *dominium*, ou direitos, que hoje se admite. Estes direitos eram abrangentes; incluíam não só o direito de uso e usufruto, mas também o de mal uso e de abuso. Se outras pessoas ou o Estado os desrespeitassem, incorriam no gravame de justificativa.

Nenhuma instituição no mundo não-socialista rivalizou em importância a propriedade privada, o seu uso e o esforço para obtê-la; nenhuma instituição gerou tanta discórdia social, econômica e política. O conservador, na economia não-socialista, sustenta com eloqüência impensada "os direitos da propriedade privada", enquanto que os da esquerda social

18. Plínio, *História Natural*, citado em Gray, p. 37.

— os liberais, no linguajar dos americanos — defendem, contenciosa mas cautelosamente, os direitos maiores do Estado e do interesse público. E é em torno da questão da posse particular ou pública da propriedade produtiva que gira a grande divergência entre os mundos capitalista e socialista. Se as análises econômicas romanas eram escassas, não obstante foi o gênio romano que identificou e deu forma à instituição que, mais do que qualquer outra, seria fundamental, para a gratificação pessoal, o desenvolvimento econômico e os conflitos políticos nos séculos vindouros.

III

O PROLONGADO ÍNTERIM

Embora não seja reconhecido como parte da tradição do pensamento econômico, o compromisso dos romanos com a santidade da propriedade privada, como ela seria hoje chamada, foi um tremendo legado para a vida político-econômica. Tal compromisso viria a ser a causa de incontáveis insurreições de camponeses contra o poder dos proprietários e dos aristocratas, e eventualmente da maior revolução social dos tempos modernos — a revolta socialista contra o poder e contra a capacidade de submeter outros que acompanham, ou outrora acompanhavam, a posse de propriedade industrial (e também agrícola).

Houve outro legado, talvez ainda maior, da era romana, ainda que não especificamente de Roma: o cristianismo. Este, edificando sobre — e ampliando enormemente — a tradição, a lei e a doutrina judaicas, teve três efeitos duradouros. Um através do exemplo que estabeleceu; um através das crenças e atitudes sociais que incutiu; e um através das leis econômicas específicas que apoiava ou promulgava.

O exemplo foi o de Jesus, filho de um artesão, que revelou a inexistência de um direito divino dos privilegiados; o poder podia pertencer aos que trabalhavam com as mãos. Acompanhado por discípulos que no geral tinham origens humildes similares, Jesus desafiou o sistema e a ordem de Herodes e, conseqüentemente, o poder muito mais majestoso e grandioso de Roma[1]. Que uma pessoa ou pequeno grupo de pessoas

1. Com relação a este último ponto, sigo o meu amigo e colega Krister Stendahl, ex-reitor da Escola de Teologia de Harvard. (Ele é hoje bispo de Estocolmo). Veja o seu *Meanings: The Bible as Document and as Guide* (Filadélfia: Fortress Press, 1984), p. 205 e seguintes. Na p. 210, ele observa que "há provas crescentes de que o papel de Pilatos foi consideravelmente maior na execução de Jesus do que a tradição ou mesmo os evangelhos nos levam a crer... A crucifixão — uma execução romana — fala uma linguagem clara, indicando que Jesus deve ter se mostrado suficientemente messiânico, e não só no sentido puramente espiritual, para constituir uma ameaça à ordem política pelos padrões romanos.

de tal origem houvesse conseguido obter tamanha eminência, distinção e autoridade tornou-se um exemplo a ser citado e uma influência a ser sentida no decorrer dos dois mil anos seguintes. Aqueles que, em épocas posteriores, iniciariam protestos contra a ordem econômica estabelecida seriam chamados de "agitadores" e, ao menos em parte, basear iam sua defesa no fato de que em Seu ataque ao sistema institucional de Jerusalém — ou, em termos denegridores, os mercadores e agiotas do Templo — Jesus havia sido seu modelo e herói. Num grau bem maior do que muitos cristãos conservadores gostariam de imaginar, Ele legitimou a rebelião contra um poder econômico maligno ou opressivo. Os padres da América Central que se unem ao povo em oposição a uma autoridade corrupta ou rapinadora acreditam, para a agonia de muitos cidadãos respeitáveis, estar agindo de acordo com o Seu exemplo.

A principal atitude social perpetuada pelo cristianismo é a que assevera a igualdade de todos os homens. Sendo todos filhos de Deus, todos são, em conseqüência, iguais na confraternidade humana. De acordo com esta instrução, era inevitável que se desconfiasse da riqueza como um fator de diferenciação entre irmãos, um motivo de desigualdade no poder, no prestígio social e na capacidade de aproveitar a vida. Ampliando-se apenas um pouco esta concepção, há também o senso da superior virtude dos pobres. Obviamente, perguntas cada vez mais perturbadoras foram surgindo com relação à escravidão, à riqueza e à busca do enriquecimento — a tal ponto que uma certa distinção seria conferida dali em diante aos cristãos que faziam o voto de pobreza.

Durante os dois milênios seguintes, e até os tempos atuais, o grande escravocrata ou o homem de posses devoto tiveram que encontrar uma base teológica especial para sua boa fortuna, uma base que eles freqüentemente podiam obter a um custo moderado. De fato, na época dos papas renascentistas, a própria Igreja havia se reconciliado com a idéia de seus padres acumularem riquezas. As indulgências passaram a ser comercializadas de maneira ordenada; os cargos eclesiásticos começaram a ter um preço corrente; os ricos, que outrora se supunha iriam ter um difícil acesso aos céus, podiam agora entrar celeremente pelos portões se os seus sobreviventes solventes adquirissem para ele uma passagem rápida pelo purgatório — um esquema de coisas que deve ter causado um sério engarrafamento de pobres virtuosos naquelas paisagens inóspitas.

Não obstante, as atitudes cristãs com relação à riqueza e à igualdade de todos os homens perante Deus sobreviveram a tais aberrações. E foram confirmadas, com a Reforma, pelas teses de Martinho Lutero, e também pelos novos e mais aperfeiçoados padrões da Igreja de Roma. Concomitantemente com uma adaptação notavelmente conveniente às necessidades, preferências e prazeres terrenos, persistiu-se nas doutrinas cristãs originais que instavam a rejeição das preocupações mundanas, isto é, pecuniárias.

A relação mais específica entre o cristianismo e a economia está nas leis relativas à cobrança de juros. O trabalho como um fator da produção era tido como bom. Jesus e os Apóstolos falavam altivamente do trabalho, e acreditava-se que o trabalhador valia o seu salário, enquanto os rendimentos dos proprietários de terras não eram severamente criticados. Mas a doutrina cristã primordial condenava severamente a cobrança de juros. Da mesma forma como entre os gregos, o juro era visto como uma extorsão por parte de afluentes afortunados sobre os infelizes, os imprudentes ou os miseráveis pressionados por necessidades e obrigações superiores aos seus meios. O fato de se tomar dinheiro emprestado para com ele ganhar mais dinheiro não era ainda efetivamente concebido nos tempos dos romanos e, portanto, não sancionava a cobrança de juros. Na realidade, a necessidade de encontrar uma justificativa para os juros iria preocupar algumas das mentes mas inovadoras dos próximos mil e oitocentos (ou mais) anos. Durante todo este tempo, o emprestador de dinheiro permaneceria uma figura dúbia, repreensível mesmo; se fosse um judeu, e portanto ainda mais ambiguamente sujeito à proibição de cobrar juros, seria uma vítima oportuna e propícia do anti-semitismo. Há um ponto de vista, longe de impecável[2], que recorre a restrição cristã à cobrança de juros para conferir aos judeus um papel central no desenvolvimento dos primórdios do capitalismo, uma tese que diminui sobremaneira a capacidade da doutrina cristã adaptar-se às necessidades econômicas e a importância extraordinária de alguns cristãos — os Fugger, os Imhof e os Welser — entre os primeiros grandes emprestadores de dinheiro da Europa.

As dúvidas cristãs com relação à justiça e correção de se emprestar dinheiro nunca foram inteiramente expungidas. Conforme observei no último capítulo, o agiota permanece ainda hoje fora dos limites da respeitabilidade convencional, e só em épocas relativamente recentes é que os banqueiros passaram a figurar seguramente dentro. No século passado, e mesmo no início deste, um dos mais proeminentes banqueiros americanos, John Pierpont Morgan, converteu-se num pilar altamente visível

2. Seu principal expoente foi Werner Sombart (1863-1941), o historiador-economista alemão, um estudioso diligente mas não inteiramente confiável. Intuitivamente, e talvez até abertamente anti-semita, Sombart buscou durante seus últimos anos conferir uma certa sanção teórica ao Nacional Socialismo. Sobre isso veja Ben B. Seligman, *Main Currents in Modern Economics* (Nova York: The Free Press of Glencoe, 1962), pp. 18-21.

da Igreja Protestante Episcopal ao, entre outras coisas, oferecer a hospitalidade de seu vagão de trem particular aos bispos e teólogos que viajavam para seus encontros eclesiásticos. Houve aqueles que acharam que isto era um estratagema para contrabalançar a imagem sob outros aspectos predatória do maior emprestador de dinheiro do seu tempo.

Os historiadores têm buscado sofregamente, mas com pouco êxito, qualquer expressão formal de idéias econômicas no pensamento erudito e sacerdotal dos mil anos seguintes à dissolução do Império Romano; o material coletado, como no caso dos gregos e dos romanos, foi pequeno. E novamente o motivo não é difícil de encontrar. A vida econômica básica da Idade Média tinha pouca semelhança com a sociedade econômica moderna; conseqüentemente, do modo como a economia é hoje considerada, havia pouco que precisasse ser descrito.

Especificamente, o mercado, embora de importância crescente com o passar dos séculos, era um aspecto secundário da vida. As grandes massas de homens e mulheres do campo cultivavam, faziam ou matavam o que comiam ou vestiam, entregando uma parte à hierarquia de amos e senhores que lhes concedia o direito de agirem dessa maneira e que os protegia quando estavam assim empregados. Como trabalhadores agrícolas, "os camponeses podem ser escravos, servos, proprietários, meeiros ou arrendatários; podiam ter como seus suseranos a Igreja, o rei, os grandes nobres, fidalgos de maior ou menor estatura, ou ricos fazendeiros rendeiros"[3], mas qualquer que fosse a relação entre o patrão e o empregado — tradicional, de obrigação ou de compulsão —, os produtos e serviços eram entregues (ou rendidos) e não vendidos. Assim sendo, e sendo esta a situação social absolutamente preponderante de todas as pessoas, o espantoso seria se houvesse sido desenvolvida uma série de idéias econômicas como nós as compreendemos. Mais uma vez, o importante foi a intrusão da ética na economia — a justiça ou correção da relação entre escravo e senhor, servo e suserano, proprietário e arrendatário. No que se refere às rendas dos homens medievais, um fator determinante foram os conflitos ou alianças feudais que permitiam a um senhor feudal ampliar o seu território, e portanto seus rendimentos, às custas de outro. São destes conflitos, muito adequadamente, e não dos liames econômicos,

3. Fernand Braudel, *Civilization and Capitalism, 15th — 18th Century*, vol. 2, *The Wheels of Commerce*, traduzido por Sian Reynolds (Nova York: Harper & Row, 1982), p. 256.

Cada vez mais, na medida em que os escravos foram se tornando escassos a part do final da era romana, uma ou outra forma de arrendamento substituiu a escravidão como aconteceu nos Estados Unidos depois da Guerra Civil.

que a história oficial trata. Eu poderia acrescentar que esta relação entre renda e propriedade teve um efeito duradouro sobre o pensamento político e militar. Até hoje, um estrategista militar mas intelectualmente retardado, ao examinar qualquer fronteira num mapa, irá partir do pressuposto de que sempre há algum feudatário proprietário cuja intenção é sair do seu território para apropriar-se das terras e fontes de renda do lado de cá. A noção de que apoderar-se de — e operar com sucesso — uma economia industrial moderna é uma tarefa muito mais difícil do que simplesmente anexar um território vizinho ainda não conseguiu penetrar inteiramente a mente militar institucional.

Como circunstância dominante, contudo, a inexistência de um intercâmbio comercial ou de um mercado na Idade Média não deve ser levada longe demais. Nessa época já havia cidades, ainda que minúsculas por padrões posteriores, e os maiores feudos tinham suas diversas necessidades ou desejos satisfeitos por mercadores de perto e de longe, ou mediante aquisição das mercadorias dos artesãos das corporações locais. Neste caso havia efetivamente um mercado; todavia, como não era a norma das relações cotidianas, não chegou a atrair muita atenção, nem a ser objeto de estudo. A economia, em todas as suas manifestações modernas, está centrada no mercado; num mundo em que o mercado era um aspecto subsidiário, até mesmo esotérico, da vida; a economia como nós a conhecemos ainda não existia.

Mais uma vez, entretanto, houve exceções. Comprava-se e vendia-se, afinal, e isso atraiu a mente e a pena do maior filósofo religioso de seu milênio, o prodigiosamente prolífico S. Tomás de Aquino (1225-1274), nascido na Itália, mas um cidadão francês, ou melhor, europeu. Ele foi o primeiro de um grupo de filósofos e estudiosos religiosos conhecidos pela história como Escolásticos. E o dinheiro, o assunto mais magicamente sedutor da economia, atraiu a atenção de outro teólogo de rara eloqüência, Nicole Oresme (c. 1320—1382), o bispo de Lisieux.

Como os mercados na Idade Média eram apenas uma pequena parte da estrutura da vida diária, eles também tinham suas características especiais: muitas vendas, como a de um cavalo ou de gado, eram efetuadas de um indivíduo para outro; ou de um ou vários mercadores para outros; ou se faziam sob a regulamentação dos vendedores do produto — das corporações. Estas últimas, as corporações de ofício, eram um traço fortemente característico da vida econômica medieval. Seus propósitos eram vários: garantir a qualidade do trabalho; assegurar costumes sociais altamente prazerosos; influir na política; e principalmente, mas nem sempre com sucesso, regulamentar os preços e os salários dos oficiais artífices.

Os preços de um mercado competitivo, ou então determinados de maneira impessoal, eram a exceção e não a norma nestes contextos medievais. Exceto em raríssimos casos, era sempre evidente a existência de um maior ou menor poder de negociação e de um grau maior ou menor de poder monopolista. Assim sendo, a questão da justiça ou correção dos preços também acabou surgindo, como já surgira com Aristóteles e como ainda ocorre hoje quando há um monopólio envolvido. E foi à justiça dos preços que S. Tomás de Aquino se dedicou: "Eu respondo que é um grave pecado praticar a fraude com a finalidade expressa de vender uma coisa por mais do que o seu preço justo.... Vender mais caro ou comprar mais barato do que uma coisa vale é em si injusto e ilícito"[4]. O preço justo era assim prescrito como uma obrigação religiosa; não cumpri-la tornava o perpetrador sujeito não só à condenação moral da comunidade, mas também às sanções religiosas cabíveis, se não neste mundo, então no vindouro.

O conceito de preço justo ainda sobrevive, como já indiquei anteriormente, quando nos referimos cotidianamente ao que é correto, razoável ou decente num preço estabelecido através de negociação individual. Sobrevive também implicitamente na condenação do vendedor ou comprador avaro, usuário, predador, explorador ou exageradamente ganancioso. O que nunca chegou a ser decidido por S. Tomás, a menos de alguma maneira proveitosamente secular, é como determinar um preço justo. Esta também permanece uma questão sobre a qual as opiniões até de vendedores e compradores honestos possuem uma tendência absolutamente incontrolável de divergir. E não podemos supor que tenha sido um problema bem-vindo por Deus, embora tenha sido a Ele que S. Tomás, e os outros escolásticos, acabaram por entregar a questão.

Aqui então está a grande dialética da vida econômica, a existente entre a moral e o mercado. E, através dos séculos desde S. Tomás, o mercado tem sido evocado com ênfase teológica maior do que sobre a moral:

"Deixe por conta do mercado".
"Eu cobro o que o mercado puder pagar".

E com tais reiterações o mercado triunfou; o preço justo de S. Tomás de Aquino tornou-se uma curiosidade teológica, algo que nem um teólogo devoto leva a sério. E o mercado adquiriu uma poderosa moral própria.

4. S. Tomás de Aquino, *Summa Theologica*, Questão 77, "Sobre fraude cometida na compra e venda", em *Early Economic Thought*, editado por R.E. Monroe (Cambridge: Harvard University Press, 1924), pp. 54-5.

"Não se interfere no mercado."
"Tem-se direito a um preço justo *de mercado*."

Todavia, ainda que exiguamente, a noção de uma ordem de justiça mais elevada que a do mercado também sobreviveu. Um salário mínimo determinado por lei é visto como uma manifestação necessária desta justiça. O mesmo ocorre com preços mínimos agrícolas — "um preço justo para o produtor". E também com o controle dos aluguéis em Nova York e em outras grandes cidades. Tudo isso, segundo uma visão moderna bem estabelecida, é bastante contrário à eficência do mercado. Mas são coisas que, não obstante, permanecem como ecos distantes, talvez muito distantes, dos ensinamentos dos escolásticos.

O preço justo de S. Tomás, como já observei, era altamente subjetivo. Mas em alguns outros assuntos ele foi totalmente objetivo, como ao considerar se um vendedor pode ou deve vender um produto defeituoso. S. Tomás afirmou que ele não deve fazê-lo intencionalmente e que se algum item imperfeito for inocentemente passado adiante, o vendedor deve compensar o comprador quando a falha for descoberta. Quanto à questão do vendedor ser obrigado a anunciar uma imperfeição num produto que sob todos outros aspectos é aceitável, S. Tomás afirmou que ele deve evidentemente fazê-lo, a menos que "o defeito seja óbvio, como no caso de um cavalo caolho[5]". S. Tomás seria uma boa orientação de uma discussão ocorrida recentemente nos Estados Unidos: deve um vendedor de carros usados exibir uma lista dos defeitos que ele sabe que um veículo possui? Um pára-choque amassado não precisaria ser especificado; já um carburador defeituoso ou uma transmissão quebrada, de acordo com as normas tomísticas, teria que ser revelado.

S. Tomás também aceitou e, na realidade, confirmou com veemência, a proibição de se cobrar juros, associando-a a uma consideração sobre a eqüidade e justiça do comércio em geral. Sua condenação do comércio não foi absoluta:

> Há dois tipos de intercâmbio comercial. Um pode ser chamado natural e necessário, e é através dele que se troca uma coisa por outra, ou coisa por dinheiro, para satisfazer as necessidades da vida... O outro tipo é quando se troca dinheiro ou coisas por dinheiro, não para a satisfação das necessidades da vida, mas para se obter ganho... O primeiro tipo de troca é louvável, pois serve a necessidades naturais, mas o segundo é com justiça condenado[6].

5. S. Tomás de Aquino, *Summa Theologica*, Artigo 3, em *Early Economic Thought*, p. 61.
6. S. Tomás de Aquino, *Summa Theologica*, Artigo 4, em *Early Economic Thought*, p. 63

Com estas palavras, os mercadores profissionais — corretores, intermediários, cambistas, especuladores — eram igualados aos emprestadores de dinheiro na desonra e opróbrio moral. Também aqui um longo processo de reabilitação iria se revelar necessário. Na França, no início do século XVIII, os Fisiocratas, sobre os quais tratará o Capítulo V, considerariam o comércio essencialmente estéril, incapaz de produzir riqueza real. E até hoje, quando pensamos na criação de riqueza, há uma tendência de associá-la à produção de mercadorias palpáveis e vendáveis; comprar, vender e prestar serviços não goza de posição similar. Além disso, o comerciante estava, até recentemente, sujeito a um certo estigma social — o destino ao qual na Grã-Bretanha qualquer pessoa "do comércio" estava fadada, mesmo neste século XX. Somerset Maugham, que foi criado como órfão por uma família de clérigos, escreveu eloqüentemente sobre o senso de generosidade de seu tio quando ele, um ministro protestante do interior, admitiu às graças da Igreja um comerciante.

Não podemos senão admitir uma transformação das atitudes durante os cem anos que separam o mundo de S. Tomás do mundo de Nicole Oresme. Marginal e suspeito no pensamento de S. Tomás, o comércio — o capitalismo mercantil — é fundamental no de Oresme. A política do príncipe era agora incentivar o comércio e propiciar as condições para tal.

Para Oresme isso significava, primordialmente, a correta administração do dinheiro. Não é inteiramente um ato de imaginação chamá-lo de o primeiro dos monetaristas. Ao traçar rapidamente a história do dinheiro[7], ele mostrou como a cunhagem do ouro, da prata e do cobre — moedas de peso fixo e pureza confiável — substitui as incômodas e inoportunas balanças e o processo de pesagem do metal. A responsabilidade pela cunhagem ele então atribuiu diretamente ao príncipe — ao governo. E tendo imposto esta responsabilidade, Oresme dedicou muitas páginas e a linguagem mais veemente para esclarecer ao príncipe quais seriam as suas outras obrigações. Acima de tudo, ele não deve adulterar — a palavra que usa é *alterar* — o teor metálico da moeda, e esta injunção era freqüentemete repetida: "Quem, então, confiaria num príncipe capaz de reduzir o peso ou a pureza de moedas que ostentam sua própria estampa?"[8] E também, "Há três maneiras, em minha opinião, pelas quais é possível obter um lucro do dinheiro, afora o seu uso natural.

7. Em *Traictie de la première invention des monnoies*. Este também se encontra na coleção inestimável de Monroe, pp. 81-102.

8. Oresme, *Traictie de la première invention des monnoies*, em *Early Economic Thought*, p. 92.

A primeira destas é a arte da troca, a custódia ou o tráfico das moedas; a segunda é a usura; e a terceira é a a[dul]teração da moeda. A primeira é vil e desprezível, a segunda má, e a terceira é ainda pior"[9]. E ainda, "É função do soberano condenar e punir os falsificadores e aqueles que praticam qualquer fraude contra o dinheiro. Quão grande não seria a sua vergonha se, portanto, fosse julgado culpado de um crime pelo qual ele deveria mandar castigar outro com uma morte ignominiosa!"[10] Oresme foi particularmente severo com o príncipe de um reino próximo que soltou moedas adulteradas no meio circulante do seu vizinho, e estava convencido que os comerciantes evitariam negociar numa terra em que a cunhagem não era confiável. Um dinheiro bom, de confiança, é bom para os negócios.

Como o cobre se tornara abundante na sua época, Oresme foi a favor de uma cunhagem baseada no ouro e na prata — o bimetalismo. Para as transações do dia-a-dia, a proporção entre os dois metais seria fixa: ele mencionou, como exemplo, uma relação de 20 para 1 no peso de prata e de ouro, ou de 25 para 3, esta última consideravelmente mais favorável do que a razão de l6 para 1 clamorosamente reivindicada no Oeste americano no final do século passado.[11] Oresme reconhece que mudanças na oferta da prata ou do ouro exigiram uma modificação destas proporções, mas instou que isso só acontecesse no caso de reduções ou aumentos significativos na oferta destes metais.

Em economia existem algumas, ainda que não muitas, leis imutáveis — leis de uma ordem de certeza tão grande quanto a do aforismo possivelmente apócrifo de Calvin Coolidge, que afirmou que quando há muitas pessoas sem trabalho o resultado é o desemprego. Comparável a esta máxima temos a Lei de Gresham, segundo a qual o dinheiro ruim expulsa o dinheiro bom — que, possuindo dinheiro, uma parte do qual é sólida, confiável e de boa reputação e outra parte é suspeita ou de má procedência, pessoas e empresas de todas as posições e condições irão passar adiante o dinheiro ruim e reter o bom. E assim o dinheiro ruim impede o dinheiro bom de circular. A lei é atribuída a Sir Thomas Gresham, o grande mercador, financista e diplomata dos tempos elizabethanos, e um dos fundadores da Royal Exchange. Este é um dos grandes erros de referência da história. Oresme havia constatado esta tendência dois

9. Oresme, *Traictie de la première invention des monnoies*, em *Early Economic Thought*, p. 95.

10. Oresme, *Traictie de la première invention des monnoies*, em *Early Economic Thought*, p. 97.

11. Veja Capítulo XII.

séculos antes, e é improvável que mesmo ele tenha sido o primeiro, já que este é o tipo de descoberta econômica que qualquer um pode fazer por si. Se alguém possuir, no momento em que escrevo estas palavras, um capital em pesos mexicanos e um capital em dólares americanos ou francos suíços, há pouca dúvida qual parte do capital uma pessoa de mentalidade viável disporia para necessidades do momento e qual ele ou ela guardaria para o futuro. E ao observar que todos fazem a mesma coisa, certamente surgirá quem decrete que tal tendência é uma lei. Os grandes truísmos da economia não têm descobridores muito claros, pois são evidentes a todos.

Resta dizer que, se uma escolha fosse possível, a lei atribuída a Thomas Gresham seria melhor atribuída ao bispo de Lisieux.

Durante este grande intervalo de tempo, houve mais do que as palavras de S. Tomás ou de Oresme. Mas não muito mais. E o motivo ficará evidente. A economia, repetindo, não existe desvinculada de uma vida econômica relevante. A rígida estrutura hierárquica da sociedade feudal obtinha e distribuía bens e serviços levando em consideração não o preço, mas a lei, os costumes e o medo de punições condignas* e notoriamente dolorosas. O mercado era uma exceção esotérica à qual os estudiosos não se dedicavam — algo não muito surpreendente. Oresme, que soube se dedicar a esta exceção, estava vendo diante de si um mundo novo e em expansão no qual os mercados — e o dinheiro — surgiam com grande intensidade. A este mundo, e às idéias econômicas que ele produziu, nós agora nos voltamos.

* N.T. — Galbraith usa este termo em seu livro *Anatomia do poder* (São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 2ª ed., 1986). "O poder condigno obtém submissão inflingindo ou ameaçando conseqüências adequadamente adversas." Veja pp. 4 e 5.

IV

OS MERCADORES E O ESTADO

Chegamos agora a um dos períodos mais ardorosamente discutidos desta história. É o tempo dos mercadores, a época daquilo que se chama alternadamente de capitalismo mercantil ou mercantilismo. Acredita-se que esta época tenha se estendido por trezentos anos, muito aproximadamente dos meados do século XV aos meados do século XVIII, sendo o seu fim nitidamente marcado pelo início da Revolução Industrial, pela Revolução Americana e pela publicação de *A Riqueza das Nações* de Adam Smith. A grande obra de Smith surgiu em 1776, o ano da Declaração de Independência dos Estados Unidos. Os dois eventos não foram inteiramente desconexos; ambos foram uma reação vigorosa às diretrizes e práticas econômicas da era mercantilista.

Nestes três séculos a economia não teve um porta-voz autorizado, ninguém como Aristóteles na Grécia, como S. Tomás de Aquino na Idade Média e na ética feudal dominada pela Igreja, ou como Smith, Marx e Keynes em épocas posteriores. "O mercantilismo foi tudo menos um 'sistema'; foi primordialmente um produto das mentes de estadistas, de altos funcionários públicos, e de líderes financeiros e comerciais da época[1]". Assim com ocorreu nos Estados Unidos do século passado, a economia e as teorias econômicas eram expressas numa ampla variedade de diretrizes de ação, e não por economistas ou filósofos específicos. Mais adiante irei mencionar, de passagem, aqueles que articularam as idéias do mercantilismo, pois fundamentalmente nós só compreenderemos a economia daquela época se entendermos as condições econômicas dominantes e seus reflexos práticos sobre as ações públicas e privadas.

1. Alexander Gray, *The Development of Economic Doctrine* (Londres: Longmans, Green, 1948), p. 74

A partir dos meados da Idade Média houve uma expansão comercial irregular, mas contínua, nos territórios europeus, entre estes territórios e entre a Europa e o leste do Mediterrâneo. Agora, na era dos mercadores, houve um prodigioso crescimento do comércio, tanto a nível local ou quando envolvendo grandes distâncias. Surgiam os mais variados mercados: vendia-se tecidos, fios, vinho, couro, calçados, trigo e muito mais nas feiras, em casas particulares, em grandes galpões e nas regiões em torno das cidades[2]. Navios traziam produtos de terras cada vez mais remotas. Surgiam os bancos, primeiro na Itália e depois no norte da Europa. As casas de câmbio, onde moedas de diferentes países podiam ser pesadas e trocadas, tornaram-se um traço comum da vida comercial. O mercador despontou das trevas feudais para tornar-se uma figura distintiva e, se fosse suficientemente afluente e operasse numa escala apropriada, bem-vinda e prestigiada em sociedade. Em toda a Europa, a maior eminência social ainda pertencia às classes proprietárias, aos descendentes dos barões feudais, muitos dos quais ainda guardavam seu instinto peculiar para o conflito armado e para a autodestruição dele decorrente. Mas já no século XV as cidades comerciais — Veneza, Florença, Bruges cedendo lugar a Antuérpia, Amsterdam, Londres, e as cidades da Liga Hanseática — congregavam comunidades mercantis eminentes. Se toda a população estava envolvida no comércio, o mercador não era estigmatizado. E, vale acrescentar, estas eram comunidades de nível artístico e cultural mais elevado do que o das classes proprietárias mais antigas. Até hoje a arquitetura urbana comercial e residencial mais admirada continua sendo a dos mercadores.

Nas cidades mercantis, os grandes mercadores não só eram influentes no governo, como *eram* o próprio governo. E por toda a Europa, do século XV e XVIII, foram se tornando cada vez mais influentes nos novos Estados nacionais. As diretrizes públicas e, por sua vez, as medidas governamentais, refletiam a sua visão. Convém acrescentar que boa parte de sua influência provinha do fato de que, para sobreviverem, os mercadores teriam que ser mais inteligentes do que os membros existentes das velhas classes proprietárias, e esta inteligência estender-se-ia também para uma visão bem clara de como o Estado poderia servir as seus interesses.

Junto com a proliferação dos mercados e a ascensão da classe mercantil, três outros acontecimentos tiveram reflexos sobre as atitudes e políticas

2. Um relato lúcido e completo do desenvolvimento dos mercados naqueles anos encontra-se no já citado *Civilization and Capitalism, 15th - 18th Century;* volume 2, *The Wheels of Commerce,* de Fernand Braudel, traduzido por Sian Reynolds (Nova York: Harper & Row, 1982).

econômicas da época. O primeiro foi as viagens de descobertas à América e ao Extremo Oriente — em 1492 a do navegador Cristovão Colombo, treinado pelos portugueses, à América; cinco anos depois, a do navegador português Vasco da Gama à Índia; e nas décadas seguintes, as de espanhóis e portugueses, e depois de ingleses, franceses e holandeses. O resultado foi um fluxo de produtos novos e exóticos do Oriente para a Europa e, ainda mais importante, uma enxurrada de prata e ouro das minas do Novo Mundo. Um dos mitos históricos mais persistentes sustenta que esta enxurrada continha os tesouros acumulados em ouro pelos Incas e por outros povos das Américas e que estas preciosidades estariam apenas esperando que alguém as carregasse embora. Na realidade, como indiquei anteriormente, o metal que viria a ser importado foi principalmente a prata. E esta prata não estava à disposição dos europeus em lingotes e ornamentos, mas tinha que ser arrancada do solo com o trabalho de dezenas e centenas de milhares de índios que entregavam suas vidas curtas e tenebrosas às minas de San Luís Potosí e Guanajuato no México e às suas equivalentes em outras partes da Nova Espanha. Entre 1531 e 1570, época que constituiu o pico da enxurrada, a prata representou de 85 a 97 por cento em peso dos tesouros que chegaram à Europa[3].

As minas do Novo Mundo e os galeões que, sujeitos às instâncias dos ventos, do tempo e da intrusão esporádica de piratas[4], transportavam os metais preciosos para a Península Ibérica foram os fatores que precipitaram o segundo grande acontecimento daqueles anos: a grande ascensão dos preços. Os tesouros eram descarregados na Espanha onde, por lei, tinham que ser cunhados; dali seguiam para o resto da Europa, servindo para pagar as importações espanholas e as operações militares compulsivas da Espanha. Vale notar que, neste período, a guerra era uma ocupação importantíssima que abocanhava uma enorme parcela dos recursos públicos. Max Weber (1864-1920), o grande cientista social alemão, estimou que cerca de 70 por cento das receitas públicas da Espanha e cerca de dois terços das receitas dos outros países europeus eram empregados em guerra naquela época[5].

3. Estas cifras podem ser encontradas en Earl J. Hamilton, *American Treasure and the Price Revolution in Spain, 1501-1650* (Cambridge: Harvard University Press, 1934), p. 40. O professor Hamilton, das Universidade de Duke e de Chigaco, é uma autoridade reconhecida no fluxo de metais preciosos para a Europa e na resultante revolução dos preços, como ele a chamou.

4. O papel dos piratas, como observou Hamilton, também foi enormemente exagerado. A maioria dos navios das flotilhas do tesouro atracavam incólumes nos portos espanhóis; mas as perdas, comparativamente poucas, é que foram lamentadas e celebradas.

5. Citado por Earl. J. Hamilton em *American Treasure and the Rise of Capitalism (1500-1700)*, em *Economica*, vol. 8, nº 27 (novembro, 1929), p. 340.

O efeito deste grande influxo de metal precioso foi um aumento geral dos preços, uma das primeiras manifestações da Teoria Quantitativa da Moeda*. Este é o teorema histórico que sustenta que, dado um determinado volume de comércio, os preços irão variar em proporção direta com a oferta de moeda. Os preços aumentaram primeiro na Espanha, e em seguida no resto da Europa, seguindo a trilha da prata e do ouro. Entre 1500 e 1600, é possível que os preços na Andaluzia tenham quintuplicado. Na Inglaterra, se o nível de preços na segunda metade do século XV, isto é, justo antes de Colombo, for fixado em 100, ele já será 250 no final do século XVI e atingirá 350 na década de 1673 a 1682[6]. É verdade que no México, Brasil ou Israel de hoje esta oscilação nos preços seria equivalente a uma grande estabilidade monetária. Mas na época ficou claro que uma moeda metálica firme — um padrão-ouro ou padrão-prata — poderia coexistir com uma inflação dos preços. A relação entre a oferta de moeda e os preços, uma questão que atrairia (e por vezes dominaria) a atenção dos economistas futuros, passou a fazer parte da análise econômica da época. Escrevendo em 1576, quando o fluxo dos metais preciosos estava no auge, Jean Bodin (1530-1596), o grande teórico e estudioso da política, afirmou, "Eu verifico que os altos preços que presenciamos hoje devem-se a quatro ou cinco causas. A principal e praticamente única (à qual ninguém se referiu até o momento) é a abundância de ouro e prata"[7]. E prossegue mencionando o monopólio como a segunda causa.

O outro efeito deste grande influxo de prata e de ouro foi sobre o volume do intercâmbio comercial — o volume da atividade mercantil em si. Acreditava-se, como ainda se acredita, que o papel do dinheiro é essencialmente neutro: a moeda seria apenas uma conveniência na compra e venda de mercadorias, uma ponte que transpõe o intervalo de tempo entre a venda e a compra de bens, uma maneira conveniente de guardar e acumular riqueza. Sustentava-se que o comércio — o volume de bens e serviços produzidos e tornados disponíveis para compra e venda — seria governado por fatores mais fundamentais e sofisticados. Mas, na realidade, resta pouca dúvida que a revolução dos preços, a inflação, dos séculos XVI e XVII foi uma força vigorosamente estimuladora. Significou que — em contraste com uma época de preços em declínio, ou deflação — no valor de cada bem durável, em cada compra para venda futura, estava incorporada uma enorme chance de se obter lucro (conforme se denota, em termos monetários atuais, na expectativa de um aumento de preços). É difícil acreditar que tal circunstância, persistindo durante todo o longo período de tempo em que o metal continuou a vir das Américas, tenha tido outra que não uma influência vibrante e instigadora sobre o comércio. É razoável supor que também tenha significado que mais e mais pessoas, vendo-se diante da possibilidade de possuírem mais e mais dinheiro, tenham sido mais e mais motivadas a buscá-lo por ele mesmo. Este desejo talvez tenha sido mais eloqüentemente expressso pelo próprio Cristovão Colombo: "O ouro", disse ele, "é uma coisa maravilhosa! Quem o possui, é senhor de tudo o que desejar. Com o ouro, é até possível abrir às almas o paraíso"[8].

* N.T. — Uma das mais antigas teorias econômicas definitivamente postuladas, atribuída a John Locke (1632-1704).

6. Veja Payson Usher citando Georg Wiebe, "Prices of Wheat and Commodity Price Indexes for England, 1259-1930", em *The Review of Economic Statistics*, vol. 13, nº 3 (agosto 1931), p. 103 e seg. O professor Usher esforça-se para deixar claro que o aumento dos preços teve início antes do grande fluxo de metais do Novo para o Velho Mundo.

7. Jean Bodin, "Supplement" do *Les Six Livres de la République*, em *Early Economic Thought*, compilado por A.E. Monroe (Cambridge: Harvard University Press, 1924), p. 127.

Igualmente certo é que o grande fluxo de ouro e prata contribui para concentrar a atenção dos mercadores e dos governos nestes metais e nas políticas que pudessem incrementar ao máximo a quantidade que possuíam ou controlavam. Este último fator foi fundamental para o pensamento e a prática mercantilista.

O terceito e mais importante acontecimento nestes longos anos foi o surgimento e a consolidação da autoridade do Estado moderno, um processo que só foi se completar com a unificação da Itália em 1861 e da Alemanha em Versailles uma década depois. Os séculos anteriores haviam presenciado o declínio dos barões feudais compulsivamente belicosos e o despontar da autoridade dos príncipes e das cidades. O Estado nacional não foi senão a última etapa de uma longa seqüência de eventos.

Com a ascensão do Estado nacional nasceu uma associação próxima, íntima mesmo, entre a autoridade do Estado e os interesses mercantis. Discute-se há muito qual teria surgido antes: O Estado cultivou os mercadores para que servissem à sua autoridade maior? Ou seria um Estado forte o instrumento necessário do poder mercantil? A economia, como quase tudo, é atormentada pelo problema de precedência da galinha ou do ovo. Gustav Schmoller (1838-1917), o historiador-economista alemão, e Eli Filip Heckscher (1879-1952), o grande historiador suíço da economia

8. Citado em Eric Roll, *A History of Economic Thought* (Nova York: Prentice-Hall, 1942). Esta citação é de uma carta escrita da Jamaica em 1503, uma carta que também é citada por Marx em seu *Zur Kritik der politischen Okonomie*. Uma versão ligeiramente diferente pode ser encontrada em R.H. Tawney, *Religion and the Rise of Capitalism* (Nova York: Harcourt, Brace, 1936), p. 89.

e um dos mestres da sua profissão[9], sustentavam que servir e ser subserviente aos interesses mercantis é a tendência natural do Estado nacional: os mercadores proporcionavam ao Estado os recursos econômicos que sustentavam o poder interno e externo deste. Às vezes em conflito uns com os outros, às vezes cooperando mutuamente, os mercadores ajudaram a criar o poder do Estado e também a fortalecê-lo. "As vacilações nas políticas dos Estados durante o longo período em que o mercantilismo preponderou não podem ser compreendidas se não entendermos até que ponto o Estado era um criatura dos interesses comerciais conflitantes, interesses cuja única meta comum era a existência de um Estado forte, isto é, desde que pudessem manipulá-lo em seu exclusivo benefício[10]."

Segundo o ponto de vista contrário, a construção das nações possui uma dinâmica própria de poder, à qual a influência e a riqueza dos mercadores apenas contribuíram.

Esta divergência de opinião é irresolvível. Todavia, ninguém a sério questiona a influência dos mercadores nos novos Estados nacionais. Seus interesses foram altamente beneficiados pela ordem interna e pela proteção externa — em oposição às antigas rivalidades e conflitos feudais. Além de beneficiarem-se com outras políticas mais específicas em favor de seu bem-estar. Destas necessidades e destes desejos nasceram as idéias e as práticas do mercantilismo, às quais agora nos voltaremos.

O mercantilismo envolveu, desnecessário dizer, uma ruptura definitiva com as atitudes éticas e os ensinamentos de Aristóteles, de S. Tomás de Aquino e da Idade Média em geral. Um vez que os mercadores buscavam ostensivamente a riqueza e viviam numa sociedade sobre a qual tinham influência (e que talvez até controlassem), a dedicação às riquezas perdeu sua conotação maligna ou dúbia. Os mercadores tinham a consciência tranqüila. O protestantismo e o puritanismo[11] podem ter ajudado mas, como sempre, a fé religiosa adaptou-se às circunstâncias e necessidades econômicas.

Com a riqueza e a busca da riqueza tornadas respeitáveis, o mesmo aconteceu, desde que não fossem exagerados, com a cobrança de juros.

9. Que tratou a fundo destas questões nos dois volumes de *Mercantilism*, traduzido por Mendel Shapiro (Londres: George Allen & Unwin, 1935).

10. Roll, p. 59.

11. "O espírito capitalista é tão velho quanto a história", observou R.H. Tawney, "e não foi, como as vezes se diz, um produto do puritanismo. Porém, encontrou em alguns aspectos de um puritanismo posterior um tônico que lhe revigorou as energias e fortaleceu seu já enérgico temperamento." Tawney, p. 226.

E esta também foi uma adaptação à realidade da época. No final da Idade Média, com já vimos, surgira uma distinção entre vários tipos de juros. Os juros podiam ser condenados com indignação se fossem cobrados dos necessitados pelos ricos. Ou se viessem a ser exigidos de um barão ou príncipe abastado que, por sua importância ou eloqüência, pudesse tornar-se uma voz influente a protestar contra os pagamentos opressivos à que estava sujeito. Mas as coisas eram diferentes quando quem tomava o empréstimo ganhava em cima do dinheiro assim obtido. Nesse caso, por uma simples questão de justiça, poderia se argumentar que os lucros obtidos certamente deveriam ser partilhados com o emprestador que os tornara possível para começar e que deveriam ser usados para compensá-lo pelo seu risco de perda. As doutrinas das igrejas católica e protestante procederam às necessárias concessões e adaptações às circunstâncias econômicas, por mais relutante e gradualmente que o fizessem. O financiamento de operações mencantis com dinheiro emprestado adquiriu legitimidade. Aos mercadores deixou de ser negado o acesso ao céu.

O conceito de preço justo também regrediu em face ao mercantilismo, pois a grande preocupação dos mercadores não era que os preços pudessem estar altos demais, e sim que, diante da concorrência, não ficassem baixos demais. Mais sobre isso a seguir.

Os salários tinham pouco ou nenhum lugar no pensamento e na prática mercantilista. Aqui o papel do comércio exterior, como seria hoje chamado, foi um dos fatores. Os trabalhadores distantes — fossem eles escravos, contratados ou livres — que produziam os tecidos, as especiarias, o açúcar ou o fumo em terras remotas, do ocidente e do oriente, não precisavam ser considerados. E nem mesmo aqueles mais próximos. A manufatura de cada nação era basicamente uma atividade doméstica: marido, mulher e filhos transformavam em tecido as matérias-primas fornecidas a eles pelo mercador. Novamente aqui, nenhum salário era pago. O mercador simplesmente pagava pelo trabalho o quanto fosse necessário para obter o produto. Não havia nada sobre o qual se erigir uma teoria dos salários, de modo que nenhuma foi proeminente no pensamento mecantilista.

Esta indústria domiciliar merece uma palavra especial. Nos séculos subseqüentes, o sistema fabril com suas miríades de trabalhadores organizados e arregimentados evocaria uma poderosa imagem de exploração. Mas em torno da indústria domiciliar ou doméstica, até nos tempos atuais, se criaria um imagem de independência familiar e de responsabilidade e comando parental benignos — de um cenário socialmente tranqüilo. Homens e mulheres de índole vulnerável pensam, mesmo hoje, nos artesanatos caseiros quando anseiam por escapar da disciplina mais rigorosa

do mundo econômico. Na Índia, todos os governos e quase todos os políticos devem buscar, na tradição de Gandhi, a revitalização da indústria artesanal, incluindo a fiação e a tecelagem que trouxeram os mercadores e as grandes companhias comerciais até Madras, Calcutá e Bengala na era do capitalismo mercantil. Esquecida, ao menos por muitos, é a terrível exploração imposta sobre homens e mulheres pela ameaça da fome e, portanto, sobre os filhos por seus pais. Além do que, o chefe de família nem sempre sabe administrar com eficiência, ou mesmo com inteligência. Um número maior daqueles que descreveram e endossaram o bucolismo caseiro da indústria artesanal através dos séculos deveriam ter vivenciado pessoalmente os seus rigores quando ela representava a única fonte de renda.

Chegando enfim às convicções manifestas do mercantilismo — ou seus erros, como seriam mais tarde chamados[12] — temos, em primeiro lugar, a atitude negativa dos mercadores frente à concorrência. E por eles não apreciarem a competição, aprovou-se o monopólio ou o controle monopolístico dos preços e produtos. A seguir, pelo fato dos mercadores serem influentes na organização do Estado, acreditava-se convictamente na benignidade deste Estado e da sua intervenção na economia. E, em terceiro e último lugar, algo que estava sempre na mente dos mercadores, havia um consenso geral de que a acumulação de ouro e prata — de riqueza pecuniária, em suma — deveria ser o principal objetivo das diretrizes públicas e pessoais, constituindo o fim para o qual todo esforço individual e toda regulamentação governamental deveriam sempre ser dirigidos. "É sempre melhor vender mercadorias a terceiros do que comprá-las de terceiros, pois no primeiro caso há sempre um lucro e no segundo inevitavelmente um prejuízo"[13].

Com o passar dos anos e da era mercantilista, o mercado competitivo se tornaria um totem religioso, com o monopólio sendo a única falha grave num sistema doutra forma perfeito. A noção de riqueza nacional associada não à oferta de moeda, mas à produção global de bens e serviços passaria a ser óbvia e evidente em si. Conseqüentemente, é fácil compreender por que as políticas mercantilistas passariam a ser vistas com desprezo e por que nada iria ser tão deletério para um economista ou

12. "O mercantilismo, como o leitor poderá ter observado, ainda não está inteiramente morto, mesmo hoje, embora seus erros tenham sido expostos há muito tempo." Assim escreveu Allyn Young, um professor de economia altamente influente da Harvard, antes da sua morte precoce, numa contribuição muito comentada às edições de 1932 em diante da *Encyclopaedia Britannica*, vol. 7, p. 926.

13. Johann Joachim Becher, um expoente alemão do pensamento mercantilista, citado em Roll, p. 62.

um planejador econômico do que constatar em suas idéias nódoas de mercantilismo. Um ponto de vista melhor teria que prevalecer. Mas é preciso reconhecer que o mercantilismo foi uma expressão relevante e previsível dos interesses dos mercadores e dos príncipes da época.

Como acabei de ressaltar, os mercadores da era mercantilista não gostavam da concorrência de preços; na realidade, são poucos os que a apreciam ainda hoje. Em contrapartida, acordos e acertos de preços entre os vendedores, concessões ou cartas-patentes de monopólio concedidos pela Coroa para algum produto determinado, monopólios comerciais em uma ou outra região do mundo, e a proibição da produção competitiva e da venda de mercadorias nas colônias do Novo Mundo, tudo isso serviu aos interesses mercantis. E por servirem, estas noções foram tidas como sendo do interesse nacional. A tendência de identificar os interesses de um grupo com o interesse da nação não é algo ao qual um observador moderno deva se reagir com surpresa ou perplexidade.

Da mesma forma, o estoque de metais preciosos que um mercador da época possuísse era uma medida relevante da sua riqueza pessoal, era o parâmetro simples e direto da sua competência financeira. Não há tendência mais comum do que supor que o que é bom para o indivíduo é bom para o Estado — a "falácia da composição", como passou a ser chamada*. Em sua forma cotidiana moderna, diz-se que, com relação a receitas, despesas e endividamento, o que é certo numa unidade familiar é certo, *pari passu*, para o governo. Há muito que se acredita que a insistência mercantilista no acúmulo de ouro e prata como uma questão de Estado tenha sido uma falácia de composição. Não é, contudo, claro que tenha sido efetivamente. Aqueles foram anos de guerra contínua, como já observei. Os metais preciosos compravam navios e material bélico, e eram essenciais para sustentar os soldados em campanhas militares. Menções ao ouro e à prata como os "tendões da guerra" são freqüentes nos documentos da política mercantilista. Segue-se que os governantes estavam certo ao associarem o poderio militar e nacional a políticas que traziam ou pareciam trazer metais para dentro de suas fronteiras. O mercantilismo tinha raízes firmes na defesa nacional e na belicosidade nacional.

Sua manifestação prática — os decretos mercantilitas e a legislação mercantilista — envolvia a cobrança de taxas aduaneiras e diversas outras proibições às importações. Além das concessões de privilégios monopolísticos, que na Inglaterra elisabetana proliferaram-se em abundância,

* N.T. — Termo técnico que significa justamente isso, supor que o que é válido para as partes de um todo é válido para o todo. Aristóteles já identificara este como um dos seis raciocínios sofísticos possíveis na expressão humana.

abrangendo até artigos pouco essenciais como cartas de baralho. Estas concessões eram dádivas que se perpetuaram até serem coibidas pelo Parlamento durante o reinado de James I, como o Estatudo dos Monopólios, em 1623-1624. E havia ainda as cartas-patentes das grandes companhias comerciais, sobre as quais falarei mais adiante. Finalmente, havia um persistente empenho público para limitar a exportação de ouro e prata. Podemos supor que este empenho tenha sido em grande parte ineficaz. Como acontece atualmente com o controle do câmbio (do qual foi um antecessor primitivo), era fácil desrespeitar proibição — algo que, ao contrário do roubo ou do homicídio, não perturbava muito o senso moral da comunidade ou o do indivíduo em questão.

Uma legião de estudiosos tem observado que o esforço dos Estados mercantilistas para obterem um saldo em sua balança comercial — para exportarem mais do que importavam — não era um jogo no qual todos podiam ser bem-sucedidos. Poucas verdades econômicas são mais evidentes, o que não impedia que cada país se esforçasse ao máximo neste sentido. Como não os impede hoje. Até os nossos tempos, todas as nações examinam atentamente suas balanças e perguntam-se se ela não poderia ser melhorada[14].

Os anos do capitalismo mercantil que estamos discutindo foram ricos de antecedentes de políticas que seriam mais tarde promulgadas e controvetidas. Lá estavam presentes a intervenção do Estado em prol da indústria, o protecionismo tarifário, o interesse pela balança de pagamentos. Todavia, mais importante do que tudo isso foi a advento do que iria se tornar a instituição econômica dominante dos nossos tempos, a grande empresa moderna.

No princípio, esta era meramente uma associação temporária de pessoas que reuniam seus esforços e seu capital num empreendimento ou viagem comum, assegurando para si preços sem concorrência na compra e venda dos produtos resultantes. As raízes desta ou de outras associações similares remontam às corporações de ofício da Idade Média. No século XV, os Merchant Adventurers (mercadores que vendiam tecidos da Inglaterra na Europa) uniram-se numa federação informal que, com o passar do tempo, foi se tornando mais coesa. Até que, com a Companhia Muscovy em 1555 e a Companhia Holandesa das Índias Orientais em 1602, o capital envolvido deixou de estar comprometido com uma única viagem ou atividade em particular e passou a constituir um esteio permanente

14. Com a notável exceção, no momento em que escrevo, do Japão em meados da década de 1980.

das operações. Na mesma época, a mui duradoura Companhia das Índias Orientais (1600-1874)[15] foi criada e, em 1670, a Gentlemen Adventurers, Trading — cujo nome charmoso foi mudado depois para Hudson's Bay Company e que, com sua sede transferida recentemente da Inglaterra para o Canadá, ainda existe. A carta-patente da Companhia Francesa das Índias Orientais foi concedida em 1664. Cada uma destas companhias recebia um monopólio comercial em sua área de escolha ou preferência. Cada uma delas também precisava resistir, pela força armada ou pela ameaça desta, às incursões de outros monopólios nacionais similarmente dotados. A grande empresa moderna nasceu como um instrumento de comércio, mas também — e em igual medida — de guerra.

No final do século XVII e início do XVIII, a criação das sociedades anônimas por ações, como vieram a ser chamadas, continuou, e visando uma variedade crescente de finalidades. Assim, o comércio com as colônias americanas, e também o seu governo, tornaram-se atribuições destas empresas criadas por cartas-patentes.

Por volta de 1700, surgiu um outro e ainda mais espetacular antecendente da tendência empresarial moderna: os explosivos e absolutamente insensatos *booms* nos mercados de ações de Paris e de Londres. Em Paris, sob os auspícios (e, de outro prisma, por causa do gênio) de John Law, houve a extraordinária inflação das ações da Mississippi Company (a Compagnie d'Occident), que havia sido criada para operar nas supostamente ricas — mas, infelizmente, totalmente imaginárias — minas de ouro da Louisiana. Em Londres, houve a South Sears Company e diversas outras empresas, inclusive uma criada para explorar uma fonte energética até então subutilizada, a saber, o moto contínuo giratório. Para não falarmos de outra, muito celebrada na história da especulação por sua reticência, que iria "levar a cabo um empreendimento altamente lucrativo que ninguém deve saber qual é[16]."

15. Em termos práticos, ela teve fim depois da Rebelião de Sepoy* em 1857. (* N.T. — A revolta contra a autoridade inglesa na Índia, provocada pela rápida introdução dos hábitos europeus.)

16. Charles Mackay, *Memoirs of Extraordinary Popular Delusions and the Madness of Crowds* (Londres: Richard Betley, 1841; Boston: L.C. Page, 1932), p. 55. Veja maiores detalhes em Mackay. Tanto na França como na Inglaterra estes eventos deixaram resquícios duradouros de desconfiança dos bancos na França (porque o Banque Royale de John Law estava no centro dos acontecimentos) e das empresas em geral na Inglaterra (que levou a uma legislação mais rígida com as leis que ficaram conhecidas como *Buble Acts*). Em *A Riqueza das Nações*, analisando severamente as políticas e diretrizes do período mercantilista, Adam Smith não isenta as sociedades anônimas de suas críticas. Os altos executivos e seus porta-vozes que hoje citam Smith com a fonte de toda sanção e toda verdade, sem a inconveniência de o terem lido, ficariam estupefatos e deprimidos em saber que ele não teria permitido que suas empresas existissem.

Embora a doutrina mercantilista possa ser compreendida principalmente através das políticas adotadas na época e da defesa informal que se fez destas políticas, houve em todos os novos Estados nacionais homens que, de uma maneira razoavelmente coerente, articularam seus princípios gerais. Antoine de Montchrétien (1576-1621) na França, Antonio Serra (datas precisas desconhecidas) na Itália, Philipp W. von Hornick (1638-1712) na Áustria, Johann Joachim Becker (1635-1682) na Alemanha, e Thomas Mun (1571-1641) na Inglaterra formam os mais proeminentes. Mas os estudiosos constataram que a obra de todos tem um utilidade restrita, pois dizem mais ou menos a mesma coisa, sendo que a propensão de todos é mais para a asserção simples do que para a argumentação. Sentimos que suas opiniões, sem exceção, não eram suas e sim as dos mercadores que defendiam ou representavam.

Thomas Mun, em muitos aspectos, foi o mais eminente destes homens, e certamente é o mais conhecido no mundo de língua inglesa. Seu livro mais notável, *England's Treasure by Forraign Trade or The Balance of our Forraign Trade is the Rule of our Treasure*, foi publicado em 1664, após sua morte. Assim como James e John Stuart Mill mais tarde, ele era funcionário da Companhia das Índias Orientais. Na época em que trabalhou para ela, a empresa tinha permissão de exportar para seus propósitos 30.000 libras em ouro ou prata na organização de qualquer tipo de viagem, desde que importasse a mesma quantia no espaço de seis meses. Este era um esquema mercantilista prático e preciso para a conservação do dinheiro que Mun defendeu vigorosamente em seus primeiros escritos. Posteriormente, já não constrangido a este tipo especial de argüição, ele cedeu e acabou se declarando francamente contra o desperdício que tal política acarretava.

O que alivia o tédio da expressão intelectual mercantilista é o seu apelo manifesto, e às vezes emotivo ou mesmo lacrimoso, ao interesse individual, ou em prol dele. Montchrétien, numa passagem com uma bela sonoridade moderna, lembra os seus leitores dos "ternos gemidos das mulheres e dos gritos dilacerantes dos filhos daqueles cujo trabalho sofreu com a concorrência estrangeira"[17]. Mun, em seu *England's Treasure*, oferece uma dúzia de regras para maximizar a riqueza e o bem-estar da Inglaterra; estas incluem "evitar o excesso de consumo de mercadorias estrangeiras em nossa dieta e indumentária... [Se o consumo deve ser pródigo], que seja feito como nossas próprias matérias-primas e manufaturas... em que o excedente dos ricos possa ser o emprego dos pobres". Mais adiante ele recomenda — e aqui eu o parafraseio: vender sempre

17. Antoine de Montchrétien, *Traicté de l'Oeconomie Politique*, citado em Gray, p. 83.

caro aos estrangeiros aquilo que eles não têm, e barato o que eles puderem obter de outra fonte; utilizar navios próprios nas exportações (uma idéia mercantilista que sobrevive vigorosamente na legislação americana contemporânea); disputar mais intensamente com os holandeses o negócio da pesca; comprar barato quando possível de países distantes ao invés de mercadores das cidades mercantis vizinhas; não deixar negócio algum em mãos de concorrentes próximos[18].

Mas, novamente, quando consideramos o mercantilismo, é às políticas e à prática — e não aos filósofos, como acabaram sendo informalmente chamados — que nós recorremos.

Adam Smith, naquele que foi o clímax histórico do ataque das idéias sobre as políticas, pôs um fim à era mercantilista em 1776. Embora fortes resquícios de suas atitudes e um poderoso legado de suas instituições sobreviveriam, qualquer referência ao mercantilismo passaria a ter uma conotação de erro ou reprovação. Mas deve estar agora evidente que ainda que tal reprovação seja justificada, ela não deve ser dirigida àqueles que expressaram as idéias e sim às circunstâncias da época e aos interesses que elas serviam.

Chegaremos a Adam Smith no Capítulo VI. Mas antes é preciso examinar as idéias que surgiram no final da era mercantilista na França. Idéias que serviram e celebraram não os mercadores, não os fabricantes, mas a agricultura e a variedade da produção das fazendas francesas.

18. As citações, bem como o material que parafraseei, também estão em *Early Economic Thought*, pp. 172-74. Uma análise brandamente indignada das normas de Mun também se encontra em Gray, p. 86 e seg.

V

O MODELO FRANCÊS

Quando os longos anos que acabamos de discutir chegaram a um fim, um combinação de forças econômicas, políticas e intelectuais na França serviu para separar ideologicamente esta terra populosa, rica e eternamente fascinante do resto da Europa. O capitalismo mercantil, a classe de artesão da qual dependia para seus produtos e, mais recentemente, uma variedade de estabelecimentos fabris como os do norte da Europa e da Inglaterra haviam surgido também na França. Paris se tornara uma cidade de mercadores, seus fornecedores e seus trabalhadores. O mesmo acontecera com Lyon, Bordeaux e outras grandes cidades francesas. Mas, num grau maior do que o de qualquer outro país europeu, a França mantivera um poderoso interesse na agricultura, e esta retivera a sua mística. Naquela época, e até hoje, a agricultura na França era e é mais do que uma profissão ou uma ocupação; era e é o que, com um solene respeito, seria hoje chamado de modo de vida. Além de ser em grande medida também uma forma de arte. Os queijos, frutas e, desnecessário dizer, vinhos franceses tinham e têm uma personalidade própria.

É verdade que o governo da França havia cedido menos que o de outros países aos interesses e políticas do mercantilismo. Luís XIV, ainda que não sozinho, subjugara — quando não aniquilara — o poder independente das classes feudais. Sua urgente e persistente necessidade de dinheiro para a guerra e para uma paz fartamente provida havia as empobrecido, bem como a sua insistência de que vivessem, a um custo elevadíssimo, bem sob seus olhos. No mínimo, isso, associado às exigências dos coletores reais de impostos agrícolas e ao trabalho forçado da corvéia (o sistema de serviços obrigatórios prestados ao senhor e ao Estado), levara os aristocratas a transferirem suas necessidades pecuniárias àqueles que seriam posteriormente chamados de meeiros ou aos servos que,

em número menor, ainda remanesciam em algumas partes da França. Alternativamente, pesados tributos reais eram cobrados sob uma forma diferente dos fazendeiros independentes. Apesar de todas estas investidas, a agricultura manteve seu poder; os interesses agrícolas continuaram a governar a França. Foi a aristocracia proprietária de terras que cercou os sucessores de Luís XIV em Versalhes, gozando de precedência e prestígio social. Seus membros fizeram muito menos concessões aos propósitos e interesses dos mercadores que as aristocracias da Inglaterra, da Holanda ou da Itália. Entretanto, será que, estando tão ocupados com seus próprios prazeres e sua relações e rivalidades pessoais, ele chegaram a pensar no papel nacional cada vez maior da classe mercantil[1]?

E, contudo, num aspecto importante os interesses fundiários na França constituíram um caso especial. Raras vezes na história este tipo de comunidade produziu uma justificativa filosófica convincente para seus próprios privilégios; geralmente ela os afirma como um direito divino ou simplesmente incontestável. Mas a eminência artística e intelectual da congregação da aristocracia francesa em Versalhes não era desprezível, e assim, inevitavelmente, alguns de seus membros acabaram refletindo sobre o motivo da superioridade dos que se encontravam ali reunidos e, na época de Luís XV e Luís XVI, sobre a sua sobrevivência cada vez mais improvável. Em Versalhes, e apenas em Versalhes, o pensamento logrou intrometer-se na riqueza e na tradição dos proprietários.

Desta intrusão — novamente, e como sempre, de acordo com o seu contexto — surgiu, na segunda metade do século XVIII, uma contribuição altamente inovadora da França ao pensamento econômico. Uma contribuição coerente com o espírito do Iluminismo — com o estado de ânimo inquiridor e perscrutador dos escritos de Voltaire, Diderot, Condorcet e sobretudo Rousseau. Uma contribuição que possuía a visão de transformação, esperança e reforma destes homens e que, todavia, refletia vigorosa e inquestionavelmente as principais preocupações do momento. O fator fundamental era o papel da agricultura como fonte de toda riqueza. Aos mercadores era atribuída uma posição apropriadamente secundária, enquanto que a agricultura, com sua antiga eminência confirmada, des-

1. Uma questão que surge, por exemplo, quando se lê as memórias de Saint-Simon (1675-1755). Veja *Saint-Simon at Versailles*, de *The Memoirs of M. Le Duc de Saint-Simon*, selecionado e traduzido por Lucy Norton (Londres: Hamish Hamilton, 1958.)

Ao resenhar o último volume da grande trilogia de Fernand Braudel, *Civilization and Capitalism, 15th-18th Century:* Vol. 3, *The Perspective of the World*, traduzido por Sian Reynolds (Nova York: Harper & Row, 1984), Christopher Hill explicitou sucintamente as diferenças nacionais: "A aristocracia inglesa adaptou-se a uma sociedade comercial, algo que a aristocracia francesa jamais fez". (*New Statesman*, 20 de julho de 1984, p. 23).

pontava triunfante e vitoriosa. Porém, ao mesmo tempo, as graves deficiências públicas da estrutura político-econômica existente eram reconhecidas como questões a serem corrigidas. A afirmação dos valores tradicionais da terra, e do poder político e precedência social que dela decorriam, era combinada com uma defesa de reformas — refomas que eram tidas como essenciais para a sobrevivência do sistema tradicional.

Sempre se perguntou como os membros desta escola de pensamento deveriam ser chamados. Eles próprios se denominaram Les Économistes, uma referência admiravelmente moderna, pois os economistas só seriam assim designados universalmente depois de Alfred Marshall no final do século XIX. Adam Smith, que visitou Paris, Versalhes e os principais genitores da escola de 1765, refere-se às suas idéias como o Sistema Agrícola[2]. Os historiadores do pensamento econômico, por sua vez, optaram pelas menos apropriadas designações, os Fisiocratas — grosso modo, aqueles que afirmam o domínio da natureza.

Os Fisiocratas, ou Les Économistes, eram uma comunidade altamente coesa, e muitas de suas idéias estão associadas não a um indivíduo, mas a uma posição comum. Três nomes, contudo, destacam-se. O primeiro, mais interessante e mais importante foi François Quesnay (1694-1774), que — uma lição para todos de que a vida demora para encerrar-se — chegou até a economia aos 62 anos de idade, quando já era um dos médicos mais famosos de seu tempo e, por qualquer medida, o mais bem situado. Tendo escrito sobre a prática da sangria e sobre a natureza e a maneira de cuidar da gangrena e das febres, ele, ainda jovem, tornara-se secretário da Academia de Cirurgia em Paris. Então, numa mudança que

2. Em uma de suas fascinantes combinações de louvor e depreciação, Smith afirma em *A Riqueza das Nações*:

> O sistema que representa o produto da terra como a única fonte de renda e riqueza de todos os países não foi, que eu saiba, adotado por nação alguma, e atualmente existe apenas nas especulações de alguns homens de grande erudição e inventividade na França. Certamente não valeria a pena examinar a fundo os erros de um sistema que jamais causou, e provavelmente jamais causará, mal algum em qualquer parte do mundo. (Livro 4, Capítulo 9.)

Existem tantas edições de *A Riqueza das Nações* que me parece ocioso citar a página de qualquer uma delas. Uma edição moderna extremamente satisfatória foi publicada em 1976 pela University of Chicago Press, baseada na edição anterior — e sob muitos aspectos definitiva — de Edwin Cannan da Universidade de Londres.

foi indubitavelmente significativa para a sua reputação e posição política e social, tornou-se em 1794 o médico pessoal de Madame de Pompadour, passando a viver em Versalhes e ascendendo, em 1755, ao posto de médico do próprio Luís XV. Nenhum economista jamais trabalhou sob auspícios tão favoráveis.

O segundo do grupo, ultrapassando Quesnay em serviços públicos, ainda que não na patronagem real, foi Anne Robert Jacques Turgot (1727-1781), filho de um comerciante afluente, e que de modo algum foi inteiramente infiel aos seus antecedentes mercantis. Devido à sua visão compreensivelmente mais ampla dos interesses dos mercadores, ele passou a ser considerado na França o seu defensor. Turgot começou a atrair a atenção do público como *intendant* de Limoges, na época uma das regiões mais pobres da França, onde patrocinou uma ampla gama de reformas destinadas a incentivar a agricultura, promover o comércio local, aperfeiçoar o transporte rodoviário e limitar os abusos fiscais. Em 1774, foi trazido a Paris por Luís XVI e nomeado tesoureiro e ministro das finanças, um cargo duplo no qual iria sofrer a sina de muitos reformadores. Por enxergar a ameaça iminente de uma grande revolução, ele buscou preveni-la com uma pequena — enquanto seus inimigos, como acontece tão freqüentemente na história, preferiram o risco do perigo maior. Por ser favorável a uma rígida economia nos gastos públicos e da realeza, a uma reforma tributária, ao livre comércio de cereais dentro da França, à abolição das sinecuras e monopólios, à tolerância para com os protestantes, e à proposta de se eliminar a corvéia, uniu contra si uma variedade formidável de interesses: latifundiários, aristocratas, assalariados reivindicando as mais diversas participações nas receitas públicas, especuladores de cereais, sacerdotes e até a própria Maria Antonieta. Prejudicado ainda por uma má safra, foi demitido em maio de 1776 e substituído por Jacques Necker, quando voltou a trabalhar no sistema de idéias pelo qual ele e seus colegas são hoje lembrados.

A terceira figura importante entre os Fisiocratas exerceu possivelmente uma influência prática mais duradoura sobre a nova república americana do que qualquer outro francês da sua época, o Marquês de Lafayette inclusive. Foi Pierre Samuel du Pont de Nemours (1739-1817), que depois de editar um periódico sobre o setor agrícola e escrever sobre assuntos políticos, reuniu e publicou algumas das obras de Quesnay sob o título *La Physiocratie*, de onde, evidentemente, veio o nome pelo qual ele e seus colegas seriam conhecidos.

Durante a Revolução Francesa, du Pont manteve-se um tempo escondido sob a suspeita de tendências contra-revolucionárias, e em 1800 emigrou para os Estados Unidos com seus filhos, Éleuthère Irénée e Victor.

Em 1802, Éleuthère Irénée começou a construção de uma fábrica de pólvora (uma área do conhecimento na qual ele havia sido instruído pelo próprio Antoine Lavoisier) em Brandywine Creek, perto de Wilmington, Delaware. Deste germe nasceu uma das maiores empresas industriais americanas e, de longe, uma das dinastias industriais mais duráveis. A família du Pont iria se manter no controle e na administração de seu vasto império durante os próximos 150 anos.

Os Fisiocratas foram homens notáveis. E também, em diversos aspectos, o seu sistema, como um conjunto de idéias econômicas poderia agora, pela primeira vez, ser chamado.

Cabe lembrar mais uma vez qual era seu propósito preeminente: preservar mediante reformas a precedência e os privilégios de sua antiga sociedade proprietária de terras à qual todos estavam comprometidos, repelindo as pretensões e as intrusões do capitalismo mercantil e das refratárias, grosseiras e vulgares forças industriais (como eram consideradas) por ele geradas.

O primeiro e mais fundamental compromisso dos Fisiocratas era com o conceito de lei natural (*le droit naturel*), pois sustentavam que era ela que, em última análise, governava o comportamento social e econômico. A lei dos reis e dos legisladores só é tolerável quando harmônica com a lei natural ou quando for considerada uma extensão limitada desta. A existência e preservação da propriedade estão de acordo com a lei natural; o mesmo ocorre com a liberdade de comprar e vender — o livre comércio — e com as medidas necessárias para assegurar a defesa do reino. Sábio é deixar as coisas se resolverem por si mesmas de acordo com motivações e restrições naturais. A regra norteadora das leis e do governo em geral deveria ser *laissez-faire, laissez-passer*.

Estas quatro palavras, o maior legado dos Fisiocratas, possuem vários níveis de significado. Posteriormente, *laissez-faire* seria identificado pelos economistas aos feitos e realizações do mercado competitivo — o resultado mais favorável, ainda que nem sempre agradável, que deveria ser preferido a qualquer intervenção do Estado. Este talvez possa ser denominado um *laissez-faire* técnico ou restrito. Mas *laissez-faire* também podia ser um brado de revolta contra a intervenção governamental, qualquer que fosse a sua forma e quaisquer que fossem suas finalidades sociais. Deixe as coisas correrem sozinhas em tudo exceto na defesa nacional, e elas se resolverão por si. Este poderia ser chamado de *laissez-faire* teológico. Um poder maior asseguraria o melhor resultado possível. O *laissez-faire* teológico é uma força extraordinária mesmo em nossa época, principalmente em Washington da década de 1980. Manifesta-se vigorosamente no modo como diversos empresários modernos encaram o Estado, isto

é, até o momento em que a falência iminente, uma concorrência estrangeira por demais violenta ou alguma outra portentosa desventura exigir o retorno a uma ação estatal mais secular.

Do *le droit naturel* nasceu a argumentação contra o mercantilismo. Obviamente, os mecanismos em benefício dos mercadores — concessões de monopólio, as diversas restrições protecionistas ao comércio interno, as corporações de mercadores remanescentes — estavam todos em conflito com a lei natural. Ao apontarem este fato, os quase-salvadores do antigo regime posicionaram-se contra os privilégios mais importunos do capitalismo mercantil. Talvez, como é quase certo que Turgot acreditava, os mercadores pudessem curar-se de uma grave miopia com relação aos seus próprios interesses a longo prazo.

Entretanto, havia uma outra doutrina ainda mais claramente em oposição ao apreço dos mercadores e à sua resultante influência. Era o conceito de *produit net*. Em sua forma mais tosca, significa simplesmente que toda a riqueza tem origem na agricultura, e em nenhum outro setor, profissão ou ocupação. E os mercadores em especial só compravam e vendiam; tratava-se do mesmo produto antes e depois; nada era acrescentado no decorrer do processo. O mesmo acontecia, ainda que mais ambiguamente, na indústria — na manufatura. A atividade industrial apenas acrescentava trabalho aos produtos da terra; nada de novo surgia. Além disso, a amplitude da atividade industrial era limitada pela sua própria necessidade de ser suprida pela agricultura: "Para aumentar o número de sapateiros... é preciso haver antes um aumento na quantidade de couro disponível"[3].

Intimamente ligada à noção de *produit net* estava a estrutura classial dos Fisiocratas. Segundo esta haveria, primeiro, os proprietários de terras, que guiavam, supervisionavam ou de alguma forma norteavam a produção agrícola. Era a eles que o *produit net* derradeiramente advinha, e era sobre eles que pesavam as responsabilidades sociais e políticas da comunidade e do Estado. A seguir viria a classe produtiva, cujos membros cuidavam dos animais e trabalhavam a terra; era após o seu pagamento que o *produit net* ia para os donos das terras. Finalmente, numa posição social bastante inferior, estariam os mercadores, os fabricantes e os artesãos — a classe não-produtiva.

Do *produit net* e desta visão da estrutura classial surgiu a mais inequívoca das defesas contra a intrusão dos mercadores e a mais vigorosa

3. Alexander Gray, *The Development of Economic Doctrine* (Londres: Longmans, Green, 1948), p. 105. A posição geral sobre a atividade industrial está explicitada em François Quesnay, *Sur les travaux des artisans*.

apologia da agricultura e, portanto, do poder dos aristocratas e dos proprietários de terras: é da agricultura que todo o aumento da riqueza provém; de nenhuma outra área da atividade humana provém alguma coisa. "A agricultura é a fonte de toda a riqueza do Estado e da riqueza de todos os cidadãos"[4]. Incentivar e apoiar a agricultura era, conseqüentemente, não apenas o melhor, mas o único caminho para aumentar o bem-estar da nação.

Seguia-se que os impostos sobre a agricultura deveriam ser moderados; os coletores de impostos agrícolas não podem ser exploradores, nem suas operações serem erráticas ou caprichosas. É desta moderação que dependem a preservação do *produit net* e a prosperidade da agricultura e da nação. Mas com relação aos impostos havia um pensamento correlato mais lúgubre: como aqueles que exercem outras ocupações que não a agricultura não produzem riqueza, segue-se (ou pareceria seguir-se) que eles não deveriam pagar impostos. A cobrança de tributos, uma vez que eles não teriam um excedente com o qual pagá-los, seria simplesmente repassada sob a forma de preços agrícolas mais baixos ou custos mais elevados dos insumos agrícolas que o produtor teria que pagar com o seu *produit net* — todos os impostos acabariam como a fonte última da riqueza. Assim sendo, seria melhor logo cobrar os impostos do senhorio ou do fazendeiro proprietário.

Como aconteceu com o *laissez-faire*, esta foi também uma idéia que não morreu. A noção de que a produção de alguma forma cria (e oculta) um excedente de receita — um sobejo especial — acumulado por determinadas classes ressurgiria sob forma diferente no século seguinte. Seriam os capitalistas então, e não os donos de terras, que receberiam este valor excedente — esta *mais valia*, um outro e diferente *produit net* que para Marx seria um objeto especial de atenção e agitação revolucionária.

O conceito de *produit net* gozou de um renascimento mais específico nos Estados Unidos nos últimos anos de século passado. Isso se deu nas obras de Henry George (1839-1897), o tão eloqüente defensor do Imposto Único[5], de que voltarei a falar no Capítulo XIII. A atenção de George foi atraída originalmente pelo enorme aumento dos preços das terras no oeste americano (e pela especulação correlata) provocado pelo aumento da população, pelas ferrovias e pelo desenvolvimento econômico em geral. Desta valorização, pouco — e freqüentemente nada — podia ser atri-

4. François Quesnay, *Maximes générales*, citado em Gray, p. 102.

5. Especialmente em seu tratado mais lido, *Progress and Poverty*, que em diversas edições e reimpressões atingiu uma circulação de milhões de exemplares e que continua ainda a atrair um grupo pequeno mas fervoroso de fiéis.

buído aos esforços de seus proprietários. Como eram fatores sociais que provocariam o aumento no valor, a sociedade teria um direito a este aumento. Daí a tese de um imposto único sobre o solo que absorveria toda a valorização obtida sem esforço. Embora fosse uma idéia atraente, não entusiasmou os donos de terras, que constituíam uma força política nada desprezível. E que tinham do seu lado o conceito de direito de propriedade que vinham desde o tempo dos romanos.

Embora George tenha inicialmente partido de suas próprias observações na Califórnia e no oeste americano, ele mais tarde encontrou apoio nos Fisiocratas para a sua tese e seus escritos. Vemos o longo alcance das idéias estendendo-se portanto de Paris nas últimas décadas do século XVIII até São Francisco cem anos depois.

Uma ressonância moderna mais geral da voz dos Fisiocratas são as ainda freqüentes asserções da preeminência da agricultura como a fonte derradeira da riqueza e do bem-estar. Até hoje, quando os fazendeiros se reúnem para receber as graças tranqüilizadoras e calorosas da oratória, terminam por ouvir, como ouviam de François Quesnay, que eles e o seu cultivo da terra constituem o alicerce de todo o progresso econômico, e de todo o vigor, toda a virtude e toda a excelência da nação.

Os Fisiocratas também abordaram, ainda que casualmente, o problema da determinação dos preços; como nenhum valor era acrescentado no processo industrial, os preços deveriam refletir os custos de produção — uma idéia não muito proveitosa já que não se concebia o que determinava estes custos. O Fisiocratas referiram-se ainda, quase de passagem, ao fato dos salários estarem num nível que concedia ao trabalhador o mínimo necessário para a subsistência. Estas questões iriam ser amplamente discutidas e elaboradas na Escócia e na Inglaterra poucos anos depois.

Houve, contudo, uma outra contribuição dos Fisiocratas, há muito considerada uma novidade desnecessária e ociosa, mas com grande impacto em nossa época. Concebida por François Quesnay e denominado *Tableau économique*, este engenhoso diagrama pretendia mostrar o fluxo de produtos: do agricultor ao proprietário ou senhorio, deste ao mercador e até às classes estéreis (fabricantes e outros). Visava esclarecer também como o dinheiro, por diversas rotas, acabava fluindo de volta para o agricultor. Mostrava-se assim como cada parte da economia — cada um dos seus principais setores ou interesses — servia e era compensada por cada uma das outras. O mecanismo de compra e venda era revelado, portanto, como um sistema inteiramente interligado.

Na época, o Tableau pareceu algo maravilhoso — uma visão como a dos deuses. Victor Riquetti Mirabeau (1715-1789) — Mirabeau, o velho,

uma figura importante entre os Fisiocratas — foi talvez o mais extravagante em louvações. Ele acreditava que a invenção de Quesnay, juntamente com a invenção da escrita e da moeda, fora uma das três grandes realizações da mente humana. Outros, a começar por Adam Smith, foram mais comedidos (e não raras vezes depreciativos), até que o *Tableau* acabou sendo simplesmente relegado. Alexander Gray, por exemplo, diz, "Foi no seu tempo a obra de coroamento de Quesnay e da escola fisiocrática, hoje talvez melhor reduzida a uma constrangida nota de rodapé... É duvidoso que venha a ser mais do que uma gigantesca mistificação[6]".

Na década de 1930, um jovem economista de Harvard, Wassily Leontief (1906-)[7], tentou construir uma série de tabelas abrangentes que mostrassem o que cada setor da economia recebia de, e vendia para, todos ou outros, estabelecendo assim o fluxo da renda através do sistema e também os seus efeitos. Estas tabelas eram conhecidas, às vezes com certo escárnio, como o Tableau Économique de Leontief. Somente com enorme dificuldade ele conseguiu levantar o dinheiro para financiar a gigantesca compilação de estatística exigida. Mas, em 1973, quando recebeu o Prêmio Nobel de Economia por seu trabalho, as atitudes tornaram-se mais respeitosas. O seu quadro, denominado Input-Output (ou, mais elegantemente, Análise Interindustrial), tornou-se a pedra fundamental dos populares e lucrativos modelos modernos para prever, antever e muitas vezes perverter perpectivas econômicas e os efeitos de alterações nos preços, salários, taxas de juros, impostos e níveis de demanda na medida em que estas se refletem em cada um dos setores da economia. E eis novamente o espectro de François Quesnay, da França e de Versalhes.

Os Fisiocratas buscaram reformar o antigo sistema e defendê-lo ao mesmo tempo. Por ser superior, de acordo com sua visão, ao mundo do mercantilismo e do capitalismo industrial incipiente que ia se entressachando, este sistema precisava — com Turgot, em especial, acreditava — livrar-se da corrupção, da extravagância, das sinecuras, das extorsões e de outros excessos dos privilegiados. Diante desta conjuntura surge a pergunta, que efetivamente foi feita mais de mil vezes: Se estas e outras reformas houvessem sido levadas a cabo, poderiam ter prevenido ou impedindo a Revolução Francesa? É uma dúvida vã. Os ricos e privilegiados, quando são também corruptos e incompetentes, não aceitam reformas salvadoras. A falta de inteligência é certamente um impedimento; assim como o orgulho, a indignação cheia de si e a dignidade ofendida. Como alguém pode vir a acreditar que os ricos não são os mais dignos? Para não se falar

6. Gray, p. 106.
7. Que voltará a aparecer nesta história no Capítulo XIX.

da questão da preferência temporal e da negação piscológica: por que abandonar os prazeres, os confortos e as alegrias imediatas contemplando-se horrores e desastres do futuro, ainda que próximo? As reformas de Quesnay, Turgot e seus *confrères* foram uma brisa suave tentanto se contrapor a um furacão que se formava.

Neste mundo há revoluções e revoluções. Algumas, como a Revolução Americana, deixam a estrutura social e econômica intacta. Outras, como na Rússia e na China, devastam-na. A Revolução Francesa acabou com o mundo que os Fisiocratas haviam buscado defender e preservar. Mas permaneceram, por gerações e gerações, a idéia de um sistema econômico como uma estrutura interligada e interpendente, e uma série dos mais diversos e lúcidos conceitos: uma lei natural controladora do comportamento econômico, a preeminência intrínseca da agricultura, o *laissez-faire*, o *produit net*, o *Tableau Économique*. Podemos endossar, em sua época, a síntese surpreendentemente generosa de Adam Smith: "Este sistema, com todas as suas imperfeições, é talvez o mais próximo da verdade que jamais foi publicado sobre a economia política[8]."

8. No tipo de comentário elegantemente malicioso que lhe é característico, Smith prossegue afirmando que "seus seguidores são muito numerosos; e como os homens são apreciadores de paradoxos, e de aparentarem compreender aquilo que ultrapassa o entendimento das pessoas comuns, o paradoxo que tal sistema sustenta, referente à natureza não-produtiva do trabalho manufatureiro, talvez não tenha contribuído pouco para aumentar o número de seus admiradores." Smith, Livro 4, Capítulo 9.

VI

O NOVO MUNDO DE ADAM SMITH

A Revolução Industrial, que chegou à Inglaterra e ao sul da Escócia nos últimos trinta anos do século XVIII, atraiu para as fábricas e para as cidades fabris os trabalhadores que anteriormente produziam bens em suas próprias casas, ou alimentos e lã em suas fazendas. E trouxe outros que não produziam antes praticamente nada. O capital que os mercadores antes investiam nas matérias-primas que eram enviadas aos vilarejos para serem transformados em tecido, ou que servira para comprar a mão-de-obra de artesãos independentes, estava agora no processo de ser investido em quantidades drasticamente maiores em fábricas e máquinas, ou nos salários bem pouco munificentes que mantinham vivos, mal e mal, os trabalhadores. A figura dominante nesta transformação, e conseqüentemente cada vez mais na comunidade e no Estado, não era o mercador, voltado para a compra e venda de mercadorias, mas o industrial, voltado para a produção destas mercadorias.

Os historiadores têm debatido solenemente o que deu início a estes acontecimentos. Teriam sido episódios fortuitos de inovação — o surgimento do motor a vapor de Watt para propulsionar as máquinas, ou o aparecimento das próprias (principalmente as de tecelagem) de Arkwright, Kay, Hargreaves e outros menos afortunados quanto à fama? (A roupa, diga-se mais uma vez, era, juntamente com a comida e a habitação, um dos três fatores que determinavam o padrão de vida da esmagadora maioria da população da época.) Ou teria a Revolução Industrial sido o produto de *entrepreneurs* inspirados? Ou talvez ainda um dos primeiros passos de um longo processo no qual as invenções, longe de serem uma força independente de inovação, são a obra previsível daqueles que, com brilhantismo e inspiração, conseguem perceber as possibilidades de mudança?

Tal discussão não precisa nos deter. Quaisquer que tenham sido as causas da Revolução Industrial, ela moldou profundamente o desenvolvimento da economia. Mais uma vez o importante é o contexto. E foi nesse contexto que surgiram as duas figuras mais celebradas da história desta disciplina: Adam Smith e, três quartos de século depois, Karl Marx. Um foi o profeta dos seus feitos e realizações, e a origem das normas que a nortearíam a partir de então; o outro foi o crítico do poder que ela outorgava àqueles que possuíam o que viria a ser chamado meios de produção, e da pobreza e opressão a que ela obrigava os trabalhadores.

Com relação a Smith, há um curioso problema temporal. Seu grande tratado, *Uma Investigação da Natureza e Causas da Riqueza das Nações*, foi, como observei, publicado em 1776. Nessa época, as fábricas e as minas da era industrial já eram evidentes no interior da Inglaterra e nas Terras Baixas da Escócia. De acordo com Paul Mantoux (1877-1956), o grande historiador econômico francês, "Se nos restringirmos à Inglaterra, é certo que, a partir do reinado de Henrique VII, diversos ricos mercadores de tecidos do Norte e do Oeste desempenharam então o mesmo papel, ainda que em escala menor, que os nossos grandes industriais desempenham hoje... Ao invés de serem meros mercadores, comprando roupas dos tecelões e vendendo-as nos mercadores ou nas feiras, montaram oficinas de trabalho que eles próprios supervisionavam. Eram fabricantes no sentido moderno da palavra"[1].

Contudo, pouco do que veio a ser chamado de Revolução Industrial chegou a ser visto por Smith — certamente não as fábricas de fato enormes, nem as cidades fabris, nem os regimentos de trabalhadores entrando e saindo do serviço, nem os industriais que despontavam na política e na sociedade. A maior parte disso tudo surgiu depois que o livro havia sido escrito. Smith descreve o trabalho numa fábrica de alfinetes, mas uma fábrica que estava longe de ser típica das instalações industriais de décadas posteriores. Esta foi provavelmente a mais famosa fábrica de toda a história dos empreendimentos econômicos, e tinha para Smith — e para quase todos que escreveram sobre ele — uma importância quase mística. O que atraiu sua atenção não foram as máquinas que caracterizariam a Revolução Industrial, mas a maneira como as tarefas estavam divididas tornando cada trabalhador um especialista numa parte ínfima

1. Paul Mantoux, *The Industrial Revolution in the Eighteenth Century*, traduzido por Marjorie Vernon (Nova York: Harcourt Brace, 1940), p. 33. Este livro, um relato clássico das origens e primórdios da Revolução Industrial na Inglaterra, foi publicado pela primeira vez em Paris em 1905. Uma nova edição (à qual contribuí com um prefácio) foi publicada pela University of Chicago Press em 1983.

da tarefa. "Um homem puxa o arame, outro o endireita, um terceiro o corta, um quarto o afia, um quinto o esmerilha na outra extremidade para a colocação da cabeça; para se fabricar a cabeça são necessárias duas ou três operações distintas; a colocação da cabeça é muito interessante, e o polimento final dos alfinetes também; até sua colocação na embalagem constitui, em si mesma, uma atividade."[2] Desta especialização, desta divisão do trabalho, nasceu a grande eficiência das empresas contemporâneas. Associada à "propensão natural do homem permutar, negociar e trocar uma coisa por outra"[3], é algo que está na base de toda atividade comercial. Mas não constituía a realidade da Revolução Industrial. Se Smith tivesse visto as fábricas, as chaminés, a fumaça, as máquinas e a massa de trabalhadores que começaram a surgir no final do século XVIII, é por isso tudo — e não pela fabricação de alfinetes e pela divisão do trabalho — que ele teria ficado impressionado.

Entretanto, embora Smith não tenha visto ou antevisto inteiramente a Revolução Industrial em sua manifestação capitalista plena, ele observou com grande clareza as contradições, a obsolescência e, acima de tudo, os interesses pessoais depositados na velha ordem e que serviam para confinar a sociedade. Se ele foi um profeta do novo, foi ainda mais certamente um inimigo do velho. Ninguém á capaz de ler *A Riqueza das Nações* sem sentir a sua alegria em atormentar os bem-de-vida, em agoniar aqueles que professavam as idéias e políticas convenientes e tradicionais de seu tempo. Há muito em Smith que ajuda, com bom senso, a ordenar o novo mundo do qual ele estava no limiar; mas a sua maior contribuição foi destruir o velho mundo e assim abrir caminho para o que estava por vir.

Adam Smith nasceu em 1723 na obscura cidade de Kirkcaldy, um pequeno porto ao norte de Edimburgo, do outro lado do Firth of Forth, e que ficou famosa em tempos modernos por suas fábricas de linóleo e pelo cheiro penetrante que exalam. Seu pai era um arrecadador da alfândega, a manifestação local da política protecionista e da fé mercantilista que seu filho iria tão implacavelmente atacar e tão eficazmene destruir. Depois de freqüentar a escola local, Adam Smith prosseguiu seus estudos na Universidade de Glasgow e posteriormente no Balliol College de Oxford, uma experiência que ele celebra em *A Riqueza das Nações* repreendendo severamente os professores públicos, como eram então chamados, cujo salário não dependia do tamanho de suas classes ou do entusiasmo de seus alunos. Destituídos assim de incentivo, estes professores, afirmava

2. Adam Smith, *A Riqueza das Nações*, Livro 1, Capítulo 1.
3. Smith, Livro 1, Capítulo 2.

Smith, esforçavam-se pouco, trabalhavam pouco. Muito melhor, pensava ele, que fossem pagos — como ele próprio o seria mais tarde em Glasgow — de acordo com o número de alunos que atraíssem. As opiniões de Smith a este respeito dificilmente seriam bem recebidas numa universidade americana moderna.

De Oxford, Smith retornou à Universidade de Glasgow, onde foi professor, primeiro de lógica e mais tarde de filosofia moral. Lá, em 1759, ele publicou *The Theory of the Moral Sentiments*, uma obra hoje em grande parte esquecida e basicamente anterior ao seu interesse pela economia política. Em 1763, pediu demissão da universidade para tornar-se tutor do jovem duque de Buccleuch e para acompanhá-lo em viagens pela Europa. Os benefícios ao duque destes passeios perderam-se para a história, mas a experiência seria importantíssima para Smith. Na Suíça ele visitou Voltaire no belo *château* que ainda existe perto de Genebra, num lugar que hoje se chama Ferney-Voltaire, e em Paris e Versalhes conheceu Quesnay e Turgot, entre outros. Uma característica notável de *A Riqueza das Nações* é o seu tom cosmopolita; as suas idéias, comentários e informaçõs provêm de muito além das fronteiras da Inglaterra ou da Escócia. O crédito cabe sem dúvida a estes anos de andanças.

Smith começou a escrever *A Riqueza das Nações* na França, e continuou trabalhando na obra por dez anos após o seu retorno à Grã-Bretanha em 1766. O sucesso do livro, quando finalmente publicado, foi instantâneo; a primeira edição em dois volumes esgotou-se quase que imediatamente[4]. Edward Gibbon, amigo de Smith, manifestou sua calorosa aprovação escrevendo a Adam Ferguson: "Que excelente obra é aquela com que nosso amigo comum Adam Smith enriqueceu o público!" E acrescenta que ela apresenta "as idéias mais profundas expressas na linguagem mais perspícua[5]." Mas mesmo esta aclamação foi branda comparada com a de William Pitt, quinze anos depois, que, ao discursar na Câmara dos Comuns, afirmou a respeito de Smith que "seu extenso conhecimento de detalhes e a profundidade de sua investigação filosófica irão, acredito, fornecer a melhor solução a todas as questões ligadas à história do comér-

4. Cujo preço era 1 libra e 16 shillings, o equivalente, dada a inflação e as variações cambiais, a cerca de 50 a 60 dólares, talvez mais, hoje em dia. Não se sabe quantas cópias foram impressas.

Em 1973, na comemoração de 250º aniversário do nascimento da Adam Smith, economistas da Inglaterra e de todo o mundo reuniram-se em Kirkcaldy. Uma parte do material deste capítulo foi tirado de um livro *Annals of an Adibing Liberal* (Boston: Houghton Mifflin, 1979), pp. 86-102.

5. Citado em John Rae, *Life of Adm Smith* (Londres: Macmillan, 1895), p. 287. A biografia de Rae ainda é a obra padrão — e praticamente a única — sobre a vida de Smith.

cio e ao sistema de economia política[6]." Como já tive a oportunidade de dizer em outra ocasião, "Desde então, ao menos no mundo não-socialista, nenhum político se comprometeu tão corajosamente com um economista[7]."

Após a publicação de *A Riqueza das Nações*, Smith foi nomeado comissário aduaneiro de Edimburgo, uma sinecura na tradição mercantilista da qual seu pai usufruíra, mas que ele, na reconhecida tradição da sua raça, foi por demais prático para recusar. Adam Smith morreu em Edimburgo em 1790; sua casa e seu túmulo estão na rua Canongate e devem ser visitadas por todos que professam um interesse ainda que fugidio pela economia política.

A Riqueza das Nações é um vasto tratado e desordenado, rico em anedotas, e escrito numa prosa admirável. Mas, juntamente com a Bíblia e o *Capital* de Marx, é um dos três livros que os questionavelmente eruditos sentem-se à vontade para citar sem terem lido. Particularmente no caso de Smith, trata-se de uma lamentável perda. Como disse Gibbon, a própria maneira de escrever encanta, e seus "fatos curiosos", assim louvados por David Hume, ainda podem ser lidos com prazer ou surpresa. Talvez uma pequena digressão caiba aqui para termos uma amostra.

Para os americanos, há sua afirmação de que "a recente resolução dos Quakers na Pensilvânia de libertarem todos seus escravos negros nos assegure que o número destes não pode ser muito grande[8]." E, antecipando-se a Thorstein Veblen, ele observa que "com a maior parte das pessoas ricas, o principal prazer das riquezas consiste no desfile das riquezas[9]." Falando sobre os acionistas e a função — ou falta de função — destes, ninguém nos dois séculos seria mais exato: "Eles raramente pretendem compreender qualquer dos negócios da empresa; e quando ocorre do espírito da facção não prevalecer entre eles, não se preocupam com isso, mas recebem com alegria qualquer dividendo semestral ou anual que os diretores acreditam ser apropriado lhes conceder[10]."

O comentário mais útil de Smith, e que devemos sempre ter em mente quando numa nação o alarmismo toma o lugar do raciocínio, não se encontra em *A Riqueza das Nações*; foi dito quando sir John Sinclair lhe avisou que o general Burgoyne havia se rendido em Saratoga em outubro

6. William Pitt, discurso na apresentação do seu orçamento, 17 de fevereiro de 1792, citado em Rae, pp. 290-91.
7. *Annals of an Abiding Liberal*, p. 88.
8. Smith, Livro 3, Capítulo 2.
9. Smith, Livro 1, Capítulo 11, Parte 2.
10. Smith, Livro 5, Capítulo 11, Parte 2.

de 1777. Sinclair expressou seu temor de que a nação britânica estaria arruinada, ao que Smith retrucou, "Há muita ruína em uma nação[11]."

Aprendemos ainda com Smith que as despesas do governo civil da colônia de Massachusetts Bay "antes do início dos atuais distúrbios[12]," referindo-se à Revolução, eram de cerca de 18.000 libras por ano e que esta era uma quantia bastante vultosa comparada com os gastos de Nova York e da Pensilvânia (4.500 libras cada) e de New Jersey (1.200 libras)[13]. Ficamos sabendo também que, após uma tempestade violenta e uma inundação, os cidadãos de um dos Estados suíços reuniram-se numa assembléia em que cada um revelou publicamente suas riquezas para a multidão, sendo depois avaliado, *pro rata*, qual seria a sua participação para cobrir os prejuízos, um dos primeiros exemplos de tributação do capital[14]. E, finalmente, descobrimos que de acordo com os cálculos excepcionalmente precisos de Smith, Isócrates recebia 3.333 libras, 6 shillings e 8 pence (bem mais de 100.000 dólares atuais) por "o que chamaríamos de um curso de palestras, uma cifra que não parecerá extraordinária numa cidade tão grandiosa e para um professor tão famoso que ensinava o que na época era a mais eminente das ciências, a retórica[15]," revelando-nos ainda que Plutarco recebia a mesma quantia. A diversidade dos interesses de Smith terá certamente ficado clara.

Há muito em Adam Smith para seduzir o leitor e afastá-lo da sua contribuição básica para a história da economia, e não poucos através dos anos foram assim seduzidos. Há, entretanto, três temas essenciais — identificados no Capítulo I — aos quais devemos dedicar a nossa atenção. O primeiro é a percepção das amplas forças que motivam a vida econômica e o esforço econômico — comumente referidas como sendo a natureza do sistema econômico. O segundo é a maneira como os preços são determinados e como a renda resultante é distribuída em salários, lucros e aluguéis. Finalmente, existem as políticas através das quais o Estado sustenta e promove o progresso e a prosperidade econômica. Não há nada em *A Riqueza das Nações*, devo enfatizar novamente, que seja tão sistemático quanto o sugerido acima. Que Smith perdoe a sugestão de uma ordem com a qual ele teria ficado surpreso.

11. Citado em Rae, p. 343.
12. Smith, Livro 4, Capítulo 7, Parte 2.
13. Estes e inúmeros outros detalhes sobre as colônias refletem um interesse que John Rae acredita possa muito possivelmente ter sido estimulado por Benjamin Franklin, que Smith conhecia e de quem talvez fosse amigo em Londres.
14. Smith, Livro 5, Capítulo 2, Parte 2, Artigo 2.
15. Smith, Livro 1, Capítulo 10, Parte 2.

Para Adam Smith, a motivação econômica está centrada no interesse próprio de cada um. A busca individual e competitiva destes interesses é a origem de todo bem público. "Não é", afirma ele em sua passagem mais famosa, "da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que nós esperamos obter o nosso jantar, mais sim do fato deles cuidarem dos seus próprios interesses. Nós nos consignamos não ao seu humanismo, mas ao seu amor próprio[16]". E mais adiante acrescenta que o indivíduo "é aqui, como em muitos outros casos, levado por uma mão invisível a promover um fim que não era parte da sua intenção... Jamais soube de grandes benefícios prestados por aqueles que pretendiam comerciar em prol do bem público. Trata-se de uma simulação, na realidade, e não muito comum entre os mercadores, de modo que poucas palavras bastam para dissudi-los[17]."

A referência à mão invisível tem para muitos uma conotação mística: aqui estaria uma força espiritual favorável aos interesses pessoais dos homens e orientando-os no mercado para o mais benigno dos fins. Acreditar nisso é denegrir Smith; a mão invisível, a mais famosa metáfora da economia, foi apenas isso, uma metáfora. Um homem do Iluminismo, Smith não recorreu a um sustentação sobrenatural para os seus argumentos. Em outros capítulos veremos como em nossa própria época o mercado, de fato, acabou por adquirir uma beneficência teológica; algo com a qual Smith jamais teria concordado.

Não obstante, como uma questão puramente secular, foi um tremendo passo este que Smith deu. Até então, pessoa preocupada com seu próprio enriquecimento havia sido objeto de dúvida, desconfiança e suspeita, sentimentos que vinham desde a Idade Média, dos tempos bíblicos e das próprias Escrituras Sagradas. Agora, justamente por causa do seu interesse próprio, este indivíduo se tornara um benfeitor público. Verdadeiramente um grande resgate e uma grande transformação! Nada em toda a história jamais serviu tanto às propensões e inclinações pessoais. E assim continua sendo em nosso tempo. Da mesma forma como a voz dos Fisiocratas ainda se faz ouvir quando os fazendeiros se reúnem, também a auto-estima beneficente do açougueiro, de cervejeiro ou do padeiro e a benigna orientação da mão invisível continuam vivas quando os membros da Câmara do Comércio dos Estados Unidos, a Mesa Redonda dos Empresários ou — no momento em que escrevo estas palavras — o gabinete do presidente Ronald Reagan reúnem-se para se reforçarem mutuamente, para buscarem o rejuvenescimento da sua retórica e oratória, e para considerarem as políticas e práticas do governo.

16. Smith, Livro 1, Capítulo 2.
17. Smith, Livro 4, Capítulo 2.

Valor e distribuição — ou seja, os preços e os recipiendários do dinheiro assim auferido — constituem o segundo dos temas fundamentais da economia que Smith abordou, temas que sobrevivem como microeconomia nos livros de texto até hoje. Ao identificá-los, Smith demonstrou a sua aptidão em vislumbrar o momento. À medida em que os trabalhadores se congregavam nas fábricas, os fatores que determinavam a sua remuneração iam se tornando altamente relevantes. À medida em que o capitalista assumia o controle da produção, ia surgindo a questão da sua recompensa e de como ela seria determinada e justificada. Quando o arrendatário substituiu o meeiro ou o servo, a renda da terra tornou-se uma questão de grande importância. E percebeu-se que os preços tinham uma relação óbvia com todos estes fatores constitutivos. Adam Smith deu à economia a sua estrutura moderna. Mas esta estrutura, por sua vez, lhe fora dada pelos estágios mais iniciais da Revolução Industrial.

Embora ele identificasse o preço e a distribuição da renda auferida como as questões fundamentais para um entendimento econômico, é preciso dizer que as suas respostas não permanecem satisfatórias por muito tempo. Com relação aos preços, ele se intrigou por aquela instigante e inquietante circunstância, já mencionada, de muitas das melhores e mais essenciais coisas da vida serem gratuitas ou virtualmente gratuitas. A água, ainda que de baixa qualidade em sua época, era baratíssima ou grátis; já os diamantes, "o maior de todos os supérfluos", eram — e ainda são — excepcionalmente caros. Disso provinha a perturbadora diferença entre o valor de uso e o valor de troca. Como ocorria com a água potável, o valor de uso podia ser altíssimo, e o valor de troca muito baixo. Já as pedras preciosas tinham pouco valor de uso, e elevado valor de troca. O enigma dos valores de uso e de troca permaneceria sem solução por mais de um século até que, num dos triunfos menores da teoria econômica, o conceito de utilidade marginal foi descoberto[18]. De acordo com este conceito, o fator determinante seria a necessidade ou uso menos urgente, ou marginal. Na margem, portanto, a utilidade da água é diminuída pela sua abundância; a do diamante é mantida elevada pela sua escassez. Num deserto onde não haja água, chegará um momento em que a mais pesada e reluzente jóia poderá ser trocada por um copo com água; a escassez faz maravilhas até com a utilidade marginal da água.

18. Hubert Phillips certa vez explicou o dilema de Smith em verso: *The wily bird / Had never heard / Of marginal utility* ("Este gajo genial / jamais ouvira alguém falar / de utilidade marginal"). Citado em Alexander Gray, *The Development of Economic Doctrine* (Londres: Longmans, Green, 1947), p. 128. Há mais sobre este conceito no Capítulo IX.

Smith resolveu o problema em seu tempo simplesmente relegando o valor de uso e afirmando um valor de troca que era uma versão do que viria a ser conhecido por muito tempo como Teoria do Valor do Trabalho. O valor de qualquer coisa que se possui é medido, em última instância, pela quantidade de trabalho pelo qual ela pode ser trocada. "O valor de qualquer mercadoria, para o indivíduo que a possui, é igual à quantidade de trabalho que ela lhe permite comprar e obter. O trabalho, portanto, é a verdadeira medida do valor de troca de todas as mercadorias"[19].

Isso, todavia, não é tudo. Em outras passagens da obra de Smith, o valor de troca parece vir a depender de todos os custos de produzir os bens, uma solução que inevitavelmente requer uma boa explicação do que determina os custos; doutra forma, o problema da determinação do preço é simplesmente transferido de um conjunto de incógnitas para outro.

A ambigüidade em que Smith finalmente deixou a questão do que determina o preço tem sido infindavelmente discutida pelos estudiosos. Mas este é um passatempo que não precisa nos ocupar. O fato é simplesmente que o próprio Smith não chegou a nenhuma conclusão definitiva.

Quanto a como a renda proveniente da venda do produto será dividida entre os trabalhadores, os proprietários e os empregadores-capitalistas, Smith novamente identificou a pergunta a ser feita e novamente foi ambíguo em sua resposta. Ele considerou os salários basicamente como o custo de transformar o trabalhador em trabalhador e de mantê-lo em seu emprego. Esta, a teoria do salário de subsistência, seria mais tarde convertida por David Ricardo na Lei de Ferro dos Salários, usada para manter as classes trabalhadoras com o mínimo salário necessário para a sua sobrevivência.

O retorno do capital e do capitalismo — juros e lucros não eram claramente distinguidos — só foi extraído da teoria do valor do trabalho com certa dificuldade por Smith. A quantidade de mão-de-obra e o custo resultante de mantê-la e sustentá-la é que determina o preço. Conseqüentemente, o retorno do capital é necessariamente uma exação do capitalista sobre os direitos legítimos do trabalhador — cujo trabalho determina os preços — e ao qual, presumivelmente, caberia o retorno da venda do produto. Ou então é a apropriação pelo empregador de parte do valor que o trabalhador gera e pelo qual não é remunerado; aqui também lhe caberia um direito legítimo a este valor excedente. E assim Smith deixou a questão

19. Smith, Livro 1, Capítulo 5.

— isto é, naquilo em que sua posição é clara. Esta visão inocentemente subversiva seria desenvolvida e refinada no século seguinte por Ricardo. E se tornaria a principal fonte da indignação e agitação revolucionária de Karl Marx.

Finalmente, à renda da terra. A atenção dedicada nos escritos de Smith, e mais tarde nos de Ricardo e de outros, nos parece ligeiramente arcaica hoje. Por que tanta atenção a este item constitutivo dos custos e das rendas? Devemos nos lembrar da relevância do aluguel das terras numa época em que a agricultura era de importância econômica fundamental, e em que o pagamento dos arrendatários pelo uso das terras era uma das grandes (e mais opressivas) transferências de renda.

A respeito do aluguel, Smith mais uma vez tem explicações diferentes e conflitantes. Após fazer dele um dos fatores determinantes do preço, juntamente com os salários e os lucros, ele o transforma num fator residual do retorno dos preços depois de descontados os salários e os lucros. "A renda da terra entra na composição do preço das mercadorias de uma maneira diferente dos salários e dos lucros. Salários e lucros altos ou baixos são as causas de um preço alto ou baixo; uma renda alta ou baixa é o seu efeito."[20] E vai então associar o nível deste fator residual à qualidade do solo. "A renda aumenta na proporção da qualidade do pasto."[21]

Os Fisiocratas insinuam-se também aqui; na agricultura, sustenta Smith, a natureza trabalha lado a lado com o ser humano, contribuindo algo que lhe é próprio — novamente o *produit net* — aos esforços do homem. Há uma contradição particularmente perturbadora entre o modo como Smith vê os preços, que presumivelmente refletem o custo do trabalho incorporado ao produto, e o modo como vê o papel da terra, que "em quase todas as situações produz uma quantidade maior de alimentos do que é suficiente para manter e sustentar toda a mão-de-obra necessária para fazê-los chegar até o mercado"[22]. A solução para este dilema é mais uma vez deixar Smith para aqueles cujo sustento erudito ou acadêmico depende de tais contradições.

Em terceiro e último lugar, temos as opiniões de Smith sobre o que seria hoje chamado de política pública ou governamental — aquilo que estimula o crescimento econômico. Nem tudo o que diz sobre o assunto é original;

20. Smith, Livro 1, Capítulo 11. Veja uma discussão mais detalhada e mais competente do que é a renda para Smith em Eric Roll, *A History of Economic Thought* (Nova York: Prentice-Hall, 1942) p. 173 e seg.
21. Smith, Livro 1, Capítulo 11, Parte 1.
22. *Ibid.*

ele deve muito a alguns notáveis predecessores no ataque ao pensamento mercantilista — por exemplo, o inteligentíssimo sir William Petty (1623-1687), ou seu grande amigo de Edimburgo, David Hume (1711-1776), de cujos ensaios ele tomou bastante emprestado. Mas muitas de suas opiniões provêm da sua própria observação, de seu bom senso e do seu prazer em invalidar as crenças estabelecidas.

Sua mais enfática recomendação para a política governamental defende a liberdade do comércio interno e internacional. Uma grande parte (talvez grande demais) do seu raciocínio decorre do seu fascínio pela divisão do trabalho — pela fábrica de alfinetes. Somente havendo liberdade para se trocar, permutar e negociar é que alguns trabalhadores poderão se especializar em alfinetes, outros dedicarem-se a outras ocupações e todos se reunirem para um intercâmbio capaz de satisfazer as diversas necessidades de cada indivíduo. Se não houver livre comércio, cada trabalhador terá que se concentrar incompetentemente na fabricação de seus próprios alfinetes, desaparecendo assim as economias provenientes da especialização. Disso Smith conclui que quanto mais amplo for o âmbito comercial, maior será a oportunidade de especialização — de dividir trabalho — e maior será, *pari passu*, a eficiência ou, como diríamos hoje, a produtividade da mão-de-obra. A divisão do trabalho é limitada, em outra famosa conclusão de Smith, pelo tamanho do mercado. Daí a defesa do maior âmbito possível de livre comércio e, conseqüentemente, da maior eficiência possível da mão-de-obra.

É mais do que provável que a utilização de energia e de máquinas na produção fosse, mesmo no tempo de Smith, uma fonte muito maior de eficiência do que a aplicação especializada de trabalhadores a uma tarefa. Certamente tem sido assim desde então. Até hoje, não obstante, a divisão de trabalho comentada por Smith permanece um totem da eficiência, um clichê presente em todas as discussões sobre as políticas do comércio internacional.

A defesa que Smith faz do livre comércio estende-se a um ataque direto à visão mercantilista do ouro e da prata como o fundamento da riqueza nacional e à crença de que restrições comerciais poderiam aumentar o estoque de metais preciosos de uma nação. Nas próprias palavras de abertura de *A Riqueza das Nações*, Smith proclama que não é a prata ou o ouro que servem de medida para a riqueza de uma nação. É "o trabalho anual de cada nação que constitui o fundo que a supre em primeira instância com todas as necessidades e conveniências da vida"[23]. Aumenta-se a riqueza pela "habilidade, a destreza e o discernimento com

23. Smith, Introdução.

que a mão-de-obra de uma nação é geralmente utilizada; e, em segundo lugar, pela proporção entre o número daqueles empregados em trabalho útil e aqueles que não estão assim empregados"[24].

Estas são, então, as questões que a política governamental deve enfrentar. Se forem bem resolvidas, os preços serão baixos, a oferta de produtos comerciáveis abundante. Ouro e prata virão do exterior para comprarem os produtos, e o nível dos metais preciosos se resolverá por si. Os países estrangeiros não podem impedir suas populações de enviarem para fora seu ouro e sua prata. Com relação aos controles cambiais, ele constata, como não se deixará jamais de constatar, que "Nem todas as leis sanguinárias da Espanha e de Portugal conseguiram evitar a evasão do seu ouro e da sua prata"[25]. E num pensamento tipicamente smithoniano, dirigido àqueles que são motivados pelo temor que o dinheiro possa vir a se tornar escasso, ele lembra que nenhuma reclamação "é mais comum do que a de uma escassez de dinheiro. O dinheiro, como o vinho, sempre e necessariamente será escasso entre aqueles que não possuem os recursos para comprá-lo, nem o crédito para tomá-lo emprestado"[26]. Confirmando a Teoria Quantitativa da Moeda, ele observa, "Não foi pela importação de ouro e prata que a descoberta da América enriqueceu a Europa. Pela abundância das minas americanas, estes metais tornaram-se mais baratos"[27].

Mas Smith não é rigidamente dogmático na questão do livre comércio; ele permitiria a cobrança de tarifas naquelas indústrias essenciais à defesa nacional e possivelmente também como retaliação a abusos tarifários de outras nações, e favoreceria uma retirada gradual do apoio às indústrias protegidas e seus trabalhadores. Mas nada além disso. "A máxima de todo chefe de família prudente é nunca tentar fazer em casa o que lhe custará mais fazer do que comprar... O que é prudência na conduta de toda família, dificilmente pode ser um desatino na conduta de um grande reino."[28]

Da mesma forma como Smith era contra restrições ao comércio internacional, ele também se opunha às restrições sobre o comércio interno

24. *Ibid.*
25. Smith, Livro 4, Capítulo 1.
26. *Ibid.*
27. *Ibid.*
28. Smith, Livro 4, Capítulo 2. Mais uma vez o estudioso moderno pode detectar a falácia da composição. Uma sábia política governamental, com toda a sua complexidade e as mais diversas necessidades, não corresponde necessariamente às normas que regem até a mais sábia e prudente das famílias.

e com as colônias. Numa época em que preferências restritivas, privilégios e concessões de monopólios pelo Estado eram comuns, ele se opôs a tudo isso. E ainda manifestou-se contra os consórcios privados de produtores e trabalhadores, embora — num aparte característico — observasse que havia mais leis contra os consórcios daqueles que vendiam sua mão-de-obra do que contra práticas similares da parte dos mercadores e dos fabricantes. Mas não se mostrou inteiramente otimista quanto à possibilidade de se combater os consórcios particulares. O impulso das pessoas assim se reunirem é forte. Numa outra passagem imortal, Smith observa que, "Pessoas do mesmo ramo raramente se reúnem, ainda que para se divertirem, sem que a conversa termine numa conspiração contra o público, ou em algum conluio para aumentar os preços. 'É impossível, continua ele,' impedir tais reuniões através de alguma lei de aplicação exeqüível e que seja compatível com a liberdade e a justiça. Mas embora a lei não possa impedir as pessoas de um mesmo ramo de às vezes se reunirem, ela nada deve fazer para facilitar tais congregações; e muito menos para torná-las necessárias"[29].

Um século depois, aquilo que Smith considerara impossível iria, de certo modo, ser tentado nos Estados Unidos, e as tentativas continuariam por mais cem anos. A Lei Sherman* e outras leis posteriores iriam proibir pessoas de um mesmo ramo, mesmo quando reunidas para se divertirem, de discutirem e decidirem sobre preços. E tal proibição iria se deparar com todas as dificuldades que Smith antecipou.

É de Smith que provém o compromisso com a livre concorrência como um princípio de todas as sociedades capitalistas — uma concorrência que, acredita-se, assegura o melhor desempenho industrial possível. De influência consideravelmente menor, porém, foi sua advertência contra uma instituição que, juntamente com o Estado, poderia destruir a concorrência: as empresas criadas por cartas-patente do Estado — a grande empresa moderna, em suma, ou o que os americanos chamam de *corporation*. Quando estas tinham ainda o privilégio do monopólio, como ocorreu na era colonial, ele era particularmente crítico, assim como desprezava a sua baixa eficiência. Se voltasse hoje, Smith ficaria horrorizado com um mundo em que, como nos Estados Unidos, um milhar de grandes empresas dominam o cenário industrial, comercial e financeiro, e são controladas por administradores assalariados — algo que ele considerava particularmente deplorável. "Sendo administradores do dinheiro alheio, e não do seu próprio, não se pode por bem esperar que cuidem dele com a mesma vigilância ansiosa que os sócios de uma sociedade particular costumam vigiar o seu... Negligência e excessos, portanto, deverão sempre prevalecer, em maior ou menor grau, na administração de tal empresa."[30]

29. Smith, Livro 1, Capítulo 10, Parte 2.

* N. T. — Lei promulgada em 1890 proibindo associações, agrupamentos ou consórcios capazes de restringir o comércio interestadual ou internacional, e proibindo os monopólios e qualquer tentativa de monopolizar. Permite que qualquer pessoa prejudicada possa processar a parte culpada e ser ressarcida em triplo pelos prejuízos que lhe foram causados.

Há muito mais sobre o qual Smith discorre, advoga e pleiteia. Fazendo jus à reputação de seus antepassados étnicos, insiste na parcimônia dos gastos pessoais e estende seu conselho vigorosamente até o Estado. Ele restringe rigorosamente as atividades do Estado à manutenção da defesa comum, ao provimento da justiça e à realização das obras públicas necessárias. Seus cânones tributários merecidamente famosos afirmam que os impostos devem ser certos, incontestáveis, convenientes e econômicos na sua avaliação e cobrança. Smith é no mínimo favorável a um imposto de renda proporcional: "Os cidadãos de qualquer Estado devem contribuir para o sustento do governo de acordo, na melhor medida do possível, com suas respectivas capacidades; isto é, em proporção às rendas que eles respectivamente auferem sob a proteção do Estado"[31].

Mas nem tudo sobre Smith pode ser reproduzido aqui. Tentar fazê-lo seria reproduzir o seu grande livro e obscurecer — como o faz a sua própria paixão por detalhes — o cerne fundamental e vital do seu pensamento. É este cerne que estas páginas buscam identificar.

30. Smith, Livro 5, Capítulo 1, Parte 3, Artigo 1.
31. Smith, Livro 5, Capítulo 2, Parte 2.